

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



MÁRIO SAMANANGO

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

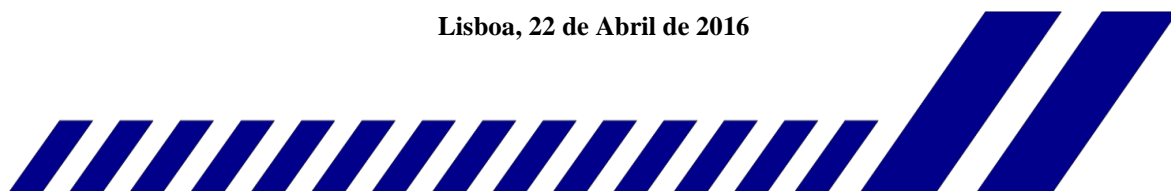
XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**ATUAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DE DIREITO
DEMOCRÁTICO NO CONTEXTO GUINEENSE: UMA POLÍCIA
EM AFIRMAÇÃO**

Orientador:

Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Lisboa, 22 de Abril de 2016



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



MÁRIO SAMANANGO

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**ATUAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DE DIREITO
DEMOCRÁTICO NO CONTEXTO GUINEENSE: UMA POLÍCIA
EM AFIRMAÇÃO**

Orientador:

Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Lisboa, 22 de Abril de 2016



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXVIII CFOP

Orientador: Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Título: ATUAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO NO CONTEXTO GUINEENSE: UMA POLÍCIA EM AFIRMAÇÃO

Autor: Mário Samanango

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Abril de 2016

“ (...) se à Polícia cabe assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, só o pode fazer no respeito da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, (...)”.

Prof. Doutor Germano Marques da Silva

DEDICATÓRIA

À Memória de meu pai

À minha mãe, a minha mulher e aos meus filhos

AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho humano exige a colaboração de outras pessoas, pois só assim se consegue obter os resultados pretendidos, já que é próprio da condição humana todos dependerem uns dos outros. Quero assim afirmar que este trabalho foi conseguido graças ao apoio que me foi proporcionado nos momentos em que mais precisei.

Antes de tudo, quero agradecer a Deus todo-poderoso por me ter guiado os passos por este caminho.

Quero, também, exprimir profundo agradecimento ao Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente, orientador deste trabalho, por ter aceite o meu pedido de orientação e pela forma como o fez, colocando todo o seu prestigiado saber científico à minha disposição. Estendo este agradecimento ao Mestre Costa Andrade, pela sua ajuda.

Agradeço também a Dr.^a Paula Espírito Santo pela atenção que me dispensou na elaboração do presente trabalho.

À Direção do Instituto os meus agradecimentos por tudo que por fizeram, pois sem esta ajuda não seria possível a minha vivência nesta casa e consequentemente a conclusão do curso.

A todos os colegas e camaradas do curso os meus sinceros agradecimentos pela ajuda e espírito de camaradagem demonstrado durante o curso.

À minha família que ficaram desamparados durante longo tempo, quero antes de mais agradecer-vos pela confiança e incentivo moral que sempre me prestaram, pois caso não fosse assim seria difícil chegar ao fim do curso.

A todos que direta ou indiretamente deram o seu contributo durante este percurso e neste trabalho em particular, os meus agradecimentos.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.º – Artigo

AP – Administração Pública

BT – Brigada de Trânsito

CRPOP – Comissário regional da Polícia de Ordem Pública

Cfr. – Conforme

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

CPA – Código de Procedimento Administrativo

CN – Comissário Nacional

CAP – Capítulo

CNADJ – Comissário Nacional Adjunto

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

DAG – Departamento de Apoio Geral

FS – Forças de Segurança

FA – Forças Armadas

GB – Guiné-Bissau

GN – Guarda Nacional

GIR – Grupo de Intervenção Rápida

GT – Grupo de Trânsito

GCN - Gabinete de Comissário nacional

LOPSP – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública

LOPOP – Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública

MP – Ministério Público

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

POP – Polícia de Ordem Pública

RH – Recursos Humanos

SAG – Serviço de Apoio Geral

SUB – Subcapítulo

Índice

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
SIGLAS E ABREVIATURAS	IV
RESUMO.....	IX
Introdução	1
Problemática da investigação	2
Objetivos de estudo.....	2
Metodologia.....	3
 CAPÍTULO 1: Estado de Direito Democrático: Breve reflexão	4
1. Estado: origem, fins e função	4
1.2 - O Estado constitucional de Direito	6
1.3 – O Estado de direito social	10
1.4 – O Estado de direito formal.....	12
1.5 - O Estado de direito material, social e democrático	13
 CAPÍTULO 2: A atuação da Polícia num Estado de Direito Democrático.....	15
2.1 - A Polícia e a sociedade.....	15
2.2 - Dos princípios fundamentais da atuação policial	19
2.2.1 - Princípios da legalidade e da constitucionalidade	20
2.2.2. - Princípio da igualdade e da imparcialidade.....	21
2.2.3 Princípio da Proporcionalidade <i>lato sensu</i> ou da Proibição de Excesso	24
2.2.4 - Princípio da Boa-fé.....	26
2.2.5. Princípio da colaboração com os particulares	26
2.2.6. Princípio da prossecução do interesse público	27

2.2.7. Princípio da Vinculação Funcional.....	28
2.2.8. Princípio da Atuação Preventiva	28
2.2.9 - Princípio da Mínima Intervenção	30
2.2.10 - Princípio da Obrigatoriedade de Controlo <i>a posteriori</i>	31
2.3 - O exercício da atividade policial no Estado de Direito Democrático	32
2.4 – A Discrecionariedade na Atuação Policial	34
 CAPÍTULO 3: A Polícia da Ordem Pública (POP) da Guiné-Bissau	37
3.1 – Introdução	37
3.2 - A Polícia na Constituição da República da Guiné-Bissau	38
3.3 - Enquadramento orgânico e funcional da POP.....	39
3.4 – Estrutura hierárquica, órgãos, serviços e competências	41
3.5 - Comando	42
a) Comissariado Nacional (CN).....	42
i) Comissário Nacional	42
ii) Gabinete do Comissário Nacional	43
iii) Conselho Superior de Polícia	44
iv) Conselho de Deontologia e Disciplina	44
v) Junta Superior de Saúde	45
vi) Serviço de Consultoria Jurídica	45
vii) Serviço de Apoio Geral	46
viii) Serviço de Relações Públicas	46
ix) Comissário Nacional Adjunto	46
3.6 – Área Operacional	47
a) Comandos Regionais de Polícia (CRPOP)	47
i) Comando regional do Centro.....	48

ii) Comando Regional do Norte	49
iii) Comando Regional do Leste.....	50
iv) Comando Regional do Sul	50
b) Grupo de Intervenção Rápida (GIR)	51
c) Grupo de Trânsito (GT)	52
3.7 – Área Administrativa.....	53
a) Operações e Segurança	53
b) Recursos Humanos	54
c) Logística e Finanças	55
d) Departamento de Apoio Geral.....	56
 CAPÍTULO 4: Trabalho de campo e análise dos resultados	57
4.1- Introdução.....	57
4.2 – Metodologia	57
4.3 – Corpus.....	58
4.4 – Análise de Conteúdo.....	58
4.5 – Procedimentos.....	60
4.6 – Apresentação e síntese dos resultados	61
 Capítulo 5: Conclusão	63
Bibliografia	67
APÊNDICES	72
ANEXOS	80

Índice Apêndices

Apêndice M	73
Apêndice M1	74
Apêndice M2	75
Apêndice M3	76
Apêndice M4	77
Apêndice M5	78
Apêndice M6	79

Índice Anexos

Anexo 1 – Perguntas da entrevista aos entrevistados 1 e 2	81
Anexo 2 – Perguntas da entrevista aos entrevistados 3 e 4	82
Anexo 3 – Resposta à entrevista do entrevistado 1	83
Anexo 4 – Resposta à entrevista do entrevistado 2	85
Anexo 5 – Resposta à entrevista do entrevistado 3	87
Anexo 6 – Resposta à entrevista do entrevistado 4	90

RESUMO

Os Estados democráticos de direito caracterizam-se pela subordinação à lei, sendo inconcebível, hoje em dia, uma sociedade democrática que não acompanhe esta dinâmica. A Guiné-Bissau, apesar de ter uma história que, desde a sua independência, foi marcada por incidentes violentos, guerra civil e múltiplos atropelos aos princípios democráticos, procura incessantemente não ficar aquém do desenvolvimento que se verifica até em países irmãos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Neste quadro, e aliado à constante evolução socioeconómica, fruto do desenvolvimento humano e tecnológico que o país tem vindo a conquistar, é necessário que o Estado esteja provido de uma Polícia capaz de responder aos desafios e anseios de uma sociedade que quer uma Polícia *ao serviço do povo e para o povo*.

Porque o nosso objetivo foi apurar se a Polícia guineense atua efetivamente com base nos princípios de um Estado de Direito Democrático, encetámos o presente estudo, intitulado, por isso, “Atuação Policial no Estado de Direito Democrático no contexto guineense: Uma polícia em afirmação”.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Polícia, Estado de Direito, Atuação Policial

ABTRACT

Democratic constitutional States are characterized by the rule of law. Nowadays, it's inconceivable for a democratic society to go against this dynamic. Despite the post independence civil war and disregard for democratic principles, Guinea-Bissau tirelessly tries to follow the development of other Member States of the Community of Countries with Portuguese Official Language.

Facing this scenario, and in connection to the constant socioeconomical evolution, fruit of the human and technological development that the country has come to achieve, it is necessary for the State to be provided with a Police able to respond to the challenges and desires of a society that envisions a Police at the service of people and for the people.

Aiming to check if Guinea's Police effectively acts based on Democratic State principles, we carried out the present research, hence titled: "Policing in Guinea-Bissau Democratic constitutional State: a Policy in a stabilization process".

Keywords: Guinea-Bissau, Police, Democratic State, Policing

Introdução

No âmbito da Dissertação Final de Mestrado do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna (CMICP), ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCP SI), desenvolvemos um estudo sobre a Atuação Policial no Estado de Direito Democrático no Contexto Guineense: uma Polícia em afirmação.

Em todos os Estados democráticos e de direito, a pessoa humana e a defesa da sua dignidade aparecem como fim de qualquer atividade que aí se exerça. Toda a ação tem que ter em atenção o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Compete ao Estado a sempre difícil missão de garantir os direitos humanos, bem como de garantir a liberdade e a segurança dos cidadãos.

A Polícia é uma instituição social cuja origem remonta às primeiras aglomerações urbanas, sendo considerada como uma das formas mais antigas de proteção social e o principal modo de expressão da autoridade. Para além do controlo social, a Polícia foi criada para satisfazer determinados fins, tais como assegurar a proteção de pessoas e bens, manter a ordem e a tranquilidade públicas, bem como servir a sociedade democrática. Como a Polícia se encontra intimamente ligada à sociedade, “tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (art.º 272º n.º 1 da CRP). A concretização dessas funções depende fundamentalmente das características sociopolíticas e culturais da comunidade em que deve atuar.

Uma sociedade democrática necessita de ordem e segurança, mas também de liberdade. Daí a importância de estabelecer um equilíbrio entre os poderes indispensáveis para o cumprimento da missão policial e o direito do cidadão a ser protegido de possíveis abusos cometidos no exercício desses poderes.

Problemática da investigação

A investigação, segundo Coutinho (2008, p. 45), pressupõe indubitavelmente a constatação de um determinado problema: “uma investigação envolve sempre um problema”. A problemática, para Quivy & Campenhoudt (1998, p. 89), “é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida”, ou seja, falar na problemática equivale a formular os principais pontos de referência teóricos da investigação.

Cabe-nos definir a pergunta de partida, que deve ser da maior clareza e pertinência possíveis. Com a resposta a essa pergunta, e às que dela hão-de derivar, esperamos ampliar e melhorar os conhecimentos em matérias que nos merecem tanto tempo e dedicação.

O campo de interesse e o domínio de investigação do presente trabalho reclamam uma abordagem da Polícia Guineense e do Estado de Direito Democrático.

Neste sentido, sugerimos a seguinte pergunta de partida: a Polícia guineense, em constante instabilidade política, atua com base nos princípios de um Estado de Direito Democrático? É este o problema de investigação que nos exige solução

Objetivos de estudo

A definição dos objetivos de estudo é primordial para o investigador. Aqueles constituem o alicerce para a escolha precisa e adequada da literatura a ser explorada (Sarmiento, 2008). Propomo-nos com o nosso trabalho atingir os seguintes objetivos:

Objetivos gerais:

1. Fazer uma abordagem da atuação da Polícia na Guiné-Bissau no quadro de um Estado de Direito;
2. Realçar a necessidade do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos da sua atuação;
3. Contribuir para melhorar a eficácia e a eficiência na sua atuação na promoção de um Estado de Direito Democrático.

Objetivos específicos:

1. Identificar uma visão operativa de um Estado de direito democrático;
2. Perceber o que é uma Polícia militarizada;
3. Aferir se a polícia guineense atua como polícia de um Estado de direito democrático.

Metodologia

Para a realização deste trabalho propomo-nos fazer uma pesquisa bibliográfica de modo a promover uma atividade de investigação “capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou um fenómeno, sistematizando-o em relação ao que já sabe” (Fortim, 2009), e assim fazer a revisão da literatura a fim de aferir as distintas perspetivas dos principais conceitos abordados a longo do nosso trabalho. Segundo Santo (2010), a metodologia em ciências sociais “corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente”. Nesta ordem de ideias, desejamos fazer um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Com efeito, o método qualitativo permite uma maior qualidade na recolha de dados e permite que o investigador desenvolva conceitos e chegue à compreensão de fenómenos a partir de padrões que resultam da recolha de dados (Sarmento, 2013).

É nosso intuito fazer entrevistas semiestruturadas, compostas por quatro perguntas, a Oficiais da Polícia de Ordem Pública (POP) da Guiné-Bissau e a algumas personalidades conhecedoras/ligadas à matéria. A entrevista (Rosa & Arnoldi, 2006) é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

CAPÍTULO 1: Estado de Direito Democrático: Breve reflexão

1. Estado: origem, fins e função

Embora existam inúmeras definições de Estado, releva, como defende Agesta, o conceito segundo o qual “o Estado é a organização de um grupo social estavelmente instalado num determinado território mediante um ordenamento jurídico, servido por um corpo de funcionários e definido e garantido por um poder jurídico autónomo e centralizado, que tende a realizar o bem comum”¹. A ideia de Estado supõe a de um conjunto humano, um território, um poder político estritamente funcionalizado e orientado para objetivos que transcendem os fins pessoais daqueles que o exercem².

A reflexão sobre o Estado vem desde os tempos da antiguidade clássica grega. Pense-se em Platão e o Aristóteles. O grande orador Cícero defendia que o Estado tinha duas origens principais: “a origem natural e a origem contratual”. Ele chegou a afirmar que a fundação do Estado é um facto histórico e que o seu desenvolvimento, também é um processo histórico (Amaral, 1995, p. 173). Para Hugo Grócio (in Santos, 2007), além da eterna sociabilidade humana que decorre do direito natural, os homens voluntariamente fizeram um pacto ou contrato que institui a sociedade civil que erige o Estado, o qual tem por objeto o bem-estar comum. Também o holandês Bento Espinosa (1632-1677) considerou que o Estado promana de um “pacto voluntário”, onde se fundem as vontades individuais (Santos, 2007). Embora Aristóteles e uma linha de seus seguidores, com a mais radical expressão em Hegel, não atribuam origem contratual ao Estado, todos o consideram *natural* no sentido de que é indispensável para a realização dos fins que o homem prossegue de acordo com a sua natureza e que excedem o apoio que pode encontrar na família ou na associação das famílias em pequenas comunidades (Moreira, 2012, p. 26).

O Homem procurou sempre viver em comunidade. O ser humano viveu sempre numa coletividade, que a princípio era constituído apenas por membros da mesma família. Neste meio familiar, para se poder preservar uma boa convivência entre os indivíduos, os mais velhos serviam de líderes e conselheiros dos mais novos. Todos eles se encontravam enquadrados nestas atividades, pois a lei determinante neste meio era o vínculo de

¹ Sánchez Agesta, cit. In. Grande Dicionário Enciclopédico, Clube Internacional de Livro, Madrid, s.d.e.

² *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura*, 7, Editorial Verbo, Lisboa.

parentesco. Os problemas no seio destas comunidades primitivas eram resolvidos por todos ou por um conselho de anciões, que apenas se pôde impor pelo prestígio adquirido e pela argumentação aprovada pela coletividade.

Nesta fase, o homem era nómada, porque não produzia bens para a sua subsistência, emigrando frequentemente à procura de melhores locais onde a natureza lhes proporcionasse alimentos. Estas mudanças fizeram que o homem encontrasse os seus semelhantes em locais para onde emigrava, começando desta maneira a formar concentrações com mais de uma família. Segundo António J. Fernandes (1991), destas aglomerações, e tendo sempre em vista preservação do bem-estar dentro da coletividade, emergiram outras formas de sociedade. Ora além da família, apareceram a comunidade de residência (aldeia, vila e cidade), a igreja, as associações profissionais e mais tarde a sociedade política ou Estado. Estas formas de sociedade apareceram em diferentes graus da vida social. O parentesco, a vizinhança, a profissão resultaram de fatores elementares de sociabilidade. Os interesses das primeiras formas sociais, denominadas sociedades primárias (Fernandes, 1991, p. 90), opunham-se aos interesses de outros grupos sociais do mesmo género e, muitas vezes, tornavam-se fontes de conflitos de interesses permanentes.

A necessidade de superar os conflitos de interesses levou os homens a conceber sociedades complexas, que englobam as sociedades primárias e criam entre elas possibilidades de colaboração pela subordinação obrigatória a deveres comuns e pelo reconhecimento de direitos recíprocos garantidos por autoridades dotadas de poder coercivo. A esta sociedade complexa, que permite a convivência social e política entre os membros de muitas sociedades primárias, e que coloca o interesse geral acima dos interesses particulares ou restritos dos grupos sociais primários, chama-se sociedade política ou Estado.

Aceitar o facto básico de que o homem só vive em sociedade não implica reconhecer que necessariamente tem de viver numa sociedade política nem que o Estado é a sociedade política necessária (Fernandes, 1991, p. 25).

O Estado, quanto aos seus fins, existe porque a sociedade acredita que sem ele não é possível manter a paz e assegurar a defesa externa (Fernandes, 1990, p. 111). Assim, a segurança das pessoas e dos valores é uma das primeiras finalidades do Estado. O fim do Estado é a defesa da liberdade individual, que se funda no direito natural (Santos, 2007, p.

194). Mas a paz entre as pessoas e os grupos sociais por elas constituídos só será durável se assentar em relações de respeito mútuo, pelo que a segunda finalidade do Estado será a manutenção da justiça.

Por outro lado, as pessoas e os grupos sociais são impotentes para, isoladamente, satisfazerem todas as necessidades materiais e espirituais, competindo ao Estado promover, total ou parcialmente, a sua satisfação. É por aqui que entra a terceira finalidade do Estado que é a promoção do bem-estar social.

A segurança das pessoas e dos valores, a manutenção da justiça, a promoção do bem-estar social são necessidades coletivas que justificam o poder do Estado e lhe atribuem um sentido valorativo. É de realçar que os fins do Estado estão sujeitos à evolução histórica e à variação da conjuntura.

Relativamente às funções do Estado, é de frisar que a sua existência se justifica pela necessidade da realização permanente de certos fins essenciais da comunidade política. A realização desses fins implica que o estado desenvolva um conjunto de atividades por tempo indefinido. Na ótica de Fernandes (1990, p. 87), chamam-se funções do Estado a essas atividades desenvolvidas pelo Estado para promover e coordenar as tarefas que concernem à prossecução dos seus fins.

Porém, a palavra função tem diversos significados conforme os contextos em que é utilizada (Fernandes, 1990, p. 115). Assim, em ciências matemáticas, aparece com o significado de causa. Em ciências biológicas, significa finalidade. Em ciências sociais, quer dizer processo de ação ou de fim. Em ciência política, os autores emprestam significações variadas à palavra função: umas vezes confundem as funções com os fins do Estado; outras designam por funções as tarefas concretas que o Estado deve desempenhar (ensino, assistência, proteção civil, etc.); outros ainda chamam função ao conjunto de poderes e deveres pertencentes a um órgão qualquer de estado.

1.2 - O Estado constitucional de Direito

Seria inconcebível falarmos do Estado constitucional de Direito sem antes falar de Direito e de Estado de direito. Podemos então perguntar o que é o Direito? Como escreve

Zippelius na linha de Kant, “o Direito consiste na limitação da liberdade de cada um sob condição de conformidade daquela com as liberdades dos outros, na medida em que possa ser expressa em termos de uma lei geral” (Zippelius, cit. In André, 2000/2001, p. 13). Estado de direito é um Estado ou uma forma de organização político-estadual cuja atividade é determinada e limitada pelo direito (Canotilho, 1999, p. 4).

Para Zippelius (1997, p. 384), os princípios do Estado de direito servem como instrumentos para prevenir uma expansão totalitária, em geral, um exercício incontrolado do poder do Estado. Têm como base essencial a separação de poderes, a garantia de direitos e liberdades, o pluralismo político e social, o direito de recurso contra os abusos dos funcionários, a subordinação da administração à lei constitucional, a fiscalização da constitucionalidade das leis.

O Estado de direito transporta princípios e valores materiais razoáveis para uma ordem humana de justiça e de paz: a liberdade do indivíduo, a segurança individual e coletiva, a responsabilidade e responsabilização dos titulares do poder, a igualdade de todos os cidadãos e a proibição de discriminação de indivíduos e de grupos. Para tornar efetivos estes princípios e estes valores, o Estado de direito carece de instituições, de procedimentos, de ações e de formas de revelação dos poderes e competências que permitam falar de um poder democrático, de uma soberania popular, de uma representação política, de uma separação de poderes, de fins e tarefas do Estado. A forma que na nossa contemporaneidade se revela como das mais adequadas para colher esses princípios e valores de um Estado subordinado ao direito é o Estado constitucional e de Direito. Segundo Canotilho (1999, p. 9), o Estado de direito é um Estado subordinado ao direito e o Estado constitucional é um Estado sujeito a uma constituição.

O Estado constitucional de Direito é um processo histórico que surgiu na Inglaterra, onde as pretensões absolutistas do rei encontraram a resistência enérgica do parlamento que viu ameaçados os seus direitos tradicionais e as liberdades inalienáveis dos cidadãos. Destes confrontos, e mais tarde na sequência do movimento pela independência na América do Norte e da Revolução Francesa, nasceram instituições para assegurar estes direitos e liberdades (Zippelius, 1997, p. 384). O Estado constitucional de Direito procura um compromisso entre a necessidade de um poder do Estado homogêneo e suficientemente forte para garantir a paz jurídica e a necessidade de prevenir um abuso do poder estatal e de estabelecer limites a uma expansão totalitária do poder do Estado, assegurando na maior

medida possível as liberdades individuais. Também um domínio da maioria que não esteja limitado pelos direitos de liberdade pode converter-se em tirania³. Ainda para este Autor, as instituições do moderno Estado constitucional e de Direito nascerem, em grande parte, como resposta ao desafio de um absolutismo absoluto. Neste sentido, a história da liberdade do cidadão é uma história da restrição e do controlo do poder do Estado. Para garantir as liberdades individuais e prevenir o arbítrio estatal, era necessário tomar precauções em especial para que a ação do Estado funcionasse mediante uma determinada distribuição de papéis e de acordo com regras de jogo garantidas. Através de uma distribuição e coordenação organizada das funções de regulação do estado era necessário instaurar um sistema de separação e de controlo dos poderes. Neste sentido, o papel de destaque é conferido ao poder Judicial dentro do Estado constitucional e de Direito, sendo o órgão de garantia do cumprimento.

O Estado constitucional de Direito assegura a centralidade da pessoa humana e a garantia de seus direitos fundamentais como vínculos estruturais de toda a dinâmica política que implica o princípio democrático. A supremacia constitucional está ligada à ideia de afirmação da normatividade constitucional e, com isso, da efetiva vinculação dos poderes públicos às normas constitucionais. Trata-se em especial de vincular o executivo à lei e ao direito (Zippelius, 1997, p. 384, 385).

O Estado constitucional pressupõe, desde logo, o poder constituinte do povo, ou seja, o direito de povo fazer lei superior, a *Constituição*, da qual constem os esquemas essenciais do governo e respetivos limites. Os direitos e liberdades dos cidadãos, histórica e juridicamente gerados na república, assumiam-se como elementos central do Estado (Júnior, 2007, p. 22). Além de um governo regulado pela Constituição e limitado pelos direitos e liberdades, entendia-se que o poder também carecia de uma justificação e de uma legitimação. Não bastaria invocar que o “governo” era representativo. Impunha-se tornar claras as razões do governo, ou, dito de outra modo, as razões públicas demonstrativas do consentimento do povo em ser governado sob determinadas condições. Deste modo, o “governo que se aceita” ou “está justificado” será apenas o governo subordinado a leis

³ J. St. Mill cit. In. Zeppelius (p. 170): “O que se chama a vontade do povo significa praticamente a vontade da parte mais numerosa ou mais ativa do povo, da maioria ou daqueles que conseguem impor-se como maioria. Consequentemente, o povo pode muito bem alimentar o desejo de oprimir uma parte de si próprio”.

transportadoras de princípios e regras do direito, de natureza duradoura e vinculativa, explicitados na constituição.

A lei, nesse aspeto, é a melhor forma de garantia do indivíduo frente ao poder, pois este não pode atuar à margem da lei, mas apenas dentro dos seus limites, e a lei também é o instrumento mais idóneo para garantir as liberdades individuais, pois é por meio dela que o povo se converte na voz que pronuncia o direito (Júnior, 2007, p. 23).

A supremacia constitucional atribui à Constituição a função de ser a norma conformadora da ordem jurídica. A produção normativa decorre da própria Constituição e é nesta, portanto, que se encontra o fundamento da validade, tanto formal como substancial, das normas do Estado. Isto permite dizer que, no exercício da atividade jurisdicional, a subordinação à legalidade existe somente em função de leis que atendam as formas limites e os conteúdos determinados pela Constituição. Ao poder judiciário, portanto, caberá, em último caso, a função de aproximar o modelo normativo existente na Constituição da prática do Estado, função esta a ele atribuída pelo próprio modelo do Estado constitucional e de direito (Júnior 2007, p. 132).

De acordo com Canotilho (1999, p. 9), os tribunais exercem a justiça em nome do povo. E exercer a justiça em nome do povo implica que os juízes sejam considerados agentes do povo nos quais este deposita a confiança de preservação dos princípios de justiça radicados na consciência jurídica geral e consagrados na lei constitucional superior, ou seja, a Constituição. Assim, podemos afirmar que um Estado constitucional é um Estado com uma constituição limitadora do poder através do império do direito, como é o caso da República Portuguesa. Determina o artigo 2º da Constituição: “A república Portuguesa é um Estado de direito democrático⁴. Ainda segundo Canotilho (1999, p. 227), o Estado constitucional é também um Estado Democrático, onde a legitimidade do domínio político e a legitimação do exercício do poder radicam na soberania popular, conforme estatuído nos artigos 2º e 3º da CRP. Nesta lógica, o Estado Constitucional, para ser um Estado com as qualidades identificadas pelo constitucionalismo moderno, deve ser um Estado de direito democrático.

⁴ Art.º 2º da CRP: “A República portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”.

Para este autor (Canotilho 1999, p. 89), o Estado constitucional comporta duas grandes qualidades, ser Estado de direito e ser Estado democrático.

Portanto, quando se fala de Estado de direito democrático entende-se uma ordem de domínio legitimada pelo povo. A articulação de *direito* e do *poder* no Estado constitucional significa, assim, que o poder do Estado deve organizar-se e exercer-se em termos democráticos. O princípio da soberania popular é, pois, uma das traves mestras do Estado constitucional. O poder político deriva do poder dos cidadãos.

1.3 – O Estado de direito social

O Estado de Direito Social é uma fase, ou melhor, é o resultado de uma longa transformação por que passou o Estado Liberal clássico e, conseqüentemente, é parte do curso histórico do Estado de Direito, quando incorpora os direitos sociais para além dos direitos civis (Martinez, 2014).

Quando o Estado, coagido pela pressão das massas, pelas reivindicações que a impaciência do quarto estado faz ao poder político, confere, no Estado constitucional ou fora deste, os direitos do trabalho, da previdência, da educação, intervém na economia como distribuidor, dita o salário, manipula a moeda, regula os preços, combate o desemprego, protege os enfermos, dá ao trabalhador e ao burocrata a casa própria, controla as profissões, compra a produção, financia as exportações, concede crédito, institui comissões de abastecimento, provê necessidades individuais, enfrenta crises económicas, coloca na sociedade todas as classes na mais estreita dependência de seu poderio económico, político e social, em suma, estende sua influência a quase todos os domínios que dantes pertenciam, em grande parte, à área de iniciativa individual, então o Estado pode, com justiça, receber a denominação de Estado social (Bonavides, 2004).

Para Martinez (2014), o Estado Social nasce na década de 1920 – como uma resposta, retaliação burguesa, oportunista e conservadora, ao incremento dos movimentos sociais – e tem o seu término selado nas décadas de 70 e 80, lembrando-se aqui a crise do Petróleo, com o aumento brusco, em pouco tempo, dos preços. Portanto, forma-se, do ponto de vista jurídico (constitucional), a partir de 1917, mas passa a atuar como regulador e interventor

mais assíduo na área económica na década de 30, a fim de se evitar outra quebra da economia.

Com o socialismo afirmam-se os direitos sociais e trabalhistas, no entanto ergueu-se uma verdadeira corrente de resistência ocidental às reivindicações populares e progressistas vindas do Leste Europeu. Não se deve esquecer que o Estado do Bem-Estar Social europeu será forçado pela mesma corrente social que animaria os países socialistas. É de se frisar, então, que no centro de ambos os contextos estão os direitos sociais, mas utilizados de maneira claramente oposta e como armas ideológicas (Martinez, 2014).

Mas se o Estado de Direito Social surge no meio desse turbilhão ideológico em que se debatem concepções e ideologias tão divergentes e opostas, também devemos notar que se trata de acerto de contas com o liberalismo tradicional e elitista, ou seja, de qualquer modo, o Estado de Direito Social expressará o clamor social pelas garantias e cumprimento dos direitos sociais. Assim, ainda que sirva de aparato ao avanço progressivo da onda socialista, o Estado de Direito Social será de certa forma popular, pois enunciará na lei algumas necessidades e demandas públicas e sociais (Martinez, 2014).

Segundo Bobbio (2000, p. 42), da crítica às doutrinas igualitárias contra a concepção e a prática liberal do Estado é que nasceram as exigências de direitos sociais, que transformaram profundamente o sistema de relações entre o indivíduo e o Estado e a própria organização do Estado, até mesmo nos regimes que se consideram continuadores, sem alterações bruscas, da tradição liberal do século XIX. Liberalismo e igualitarismo deitam as suas raízes em concepções da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista, no caso do liberalismo; totalizante, harmónica e monista, no caso do igualitarismo. Para o liberal, a finalidade principal é a expansão da personalidade individual, abstratamente considerada como um valor em si; para o igualitário, essa finalidade é o desenvolvimento harmonioso da comunidade. E diversos são também os modos de conceber a natureza e as tarefas do Estado: limitado e garantista, o Estado liberal; intervencionista e dirigista, o Estado dos igualitários.

É preciso reforçar que os direitos sociais são histórica e ideologicamente socialistas, inclusive porque a lógica coletivista/organicista, que lhe é implícita, desafia o ritmo da apropriação individual do capital. Aqui é dado um passo além das conotações jurídicas do

liberalismo porque, ao invés de se premiar o esforço ou o desempenho individual – a exemplo do direito à propriedade – gratificam-se as necessidades e as demandas sociais, públicas, coletivas, como quer o direito à educação.

Por fim, devemos lembrar que o Estado de Direito Social não se confunde com o Estado Democrático porque esta modalidade ou vertente de atuação social, de preservação de certos direitos trabalhistas (e capitalistas), também foi marcante na Alemanha nazista, a Itália Fascista, a Espanha franquista, o Portugal salazarista foram ‘Estados sociais’. Da mesma forma, Estado social foi a Inglaterra de Churchill e Attlee; os Estados Unidos, em parte, desde Roosevelt; a França, com a Quarta República, principalmente; e o Brasil, desde a Revolução de 1930. Ou seja, o Estado de Direito Social tanto pode se adaptar e fluir no regime democrático e progressista, quanto em regimes totalitários (Bonavides, 2004, p. 184).

1.4 – O Estado de direito formal

Para garantir as liberdades individuais e prevenir o arbítrio estatal, era necessário tomar precauções em especial para que a ação do Estado funcionasse mediante uma determinada distribuição de papéis e de acordo com as regras de jogo garantidas. Através de uma distribuição e coordenação organizada das funções de regulação do Estado era necessário instaurar um sistema de separação e de controlo dos poderes. Tratava-se em especial de vincular o executivo à lei e ao direito (Zippelius, 1997, p. 385). Atendendo ao facto de todas as medidas dizerem respeito às formas da ação do Estado, elas designam-se princípios de Estado de Direito formal.

Nos termos da lei fundamental, “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática e no respeito e na garantia da efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, que tem por objetivo a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (André 2000/2001, p. 13).

Assim define a Constituição da República Portuguesa (CRP), no artigo 2º, Portugal como soberano. Nestes termos, Portugal é um Estado de Direito (formal) por se verificarem os seguintes requisitos:

- ✓ Os direitos fundamentais (nomeadamente a liberdade, a igualdade e a segurança) se encontram reconhecidos e garantida a sua efetivação;
- ✓ Existe pluralidade de órgãos de soberania, com efetiva separação de poderes (os Tribunais e os Juízes são independentes);
- ✓ Vigora o princípio da legalidade da administração, o que quer dizer que os órgãos, funcionários e agentes da Administração Pública estão subordinados à Constituição e à Lei.

Podemos, numa linha idêntica, aferir que a CRGB no seu artigo 3º, consagra que “A República da Guiné-Bissau é um Estado de democracia constitucionalmente instituída, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, e orientada para a construção de uma sociedade livre e justa”.

Assim, A Guiné-Bissau é um Estado de Direito (formal) por se verificarem os mesmos requisitos:

- ✓ Os direitos fundamentais (nomeadamente a liberdade, a igualdade e a segurança) se encontram reconhecidos e garantida a sua efetivação;
- ✓ Existe pluralidade de órgãos de soberania, com efetiva separação de poderes (os Tribunais e os Juízes são independentes);
- ✓ Vigora o princípio da legalidade da administração, o que quer dizer que os órgãos, funcionários e agentes da Administração Pública estão subordinados à Constituição e à Lei.

1.5 - O Estado de direito material, social e democrático

Entre os princípios do Estado de Direito contam-se, porém, não só princípios de forma para a ação estatal, mas também princípios “materiais” que dizem respeito relativamente ao conteúdo. Tais componentes do conteúdo do Estado de Direito residem em particular nas garantias dos direitos fundamentais (Zippelius, 1997, p. 385). Estas garantias de liberdade e de igualdade são, além disso, materialmente enriquecidas pela ideia do Estado Social e pela missão nela contida de realizar a justiça social, de criar as condições reais para um desenvolvimento da personalidade e de concretizar a igualdade de oportunidades.

As componentes materiais do Estado de Direito residem ainda no princípio da proporcionalidade e da proibição do excesso, tendendo ambos a otimizar o uso da liberdade e a satisfação dos interesses numa comunidade. O primeiro requer que os custos e benefícios das intervenções estatais se encontrem numa relação adequada em termos recíprocos e designadamente que os benefícios de uma intervenção (naturalmente apropriada) prevaleçam sobre os seus inconvenientes. A proibição de excesso exige que dentro do quadro assim determinado também não se exceda a medida necessária de uma interferência nos interesses e de uma limitação das liberdades. Quando há várias possibilidades de intervenção, das quais cada uma por si estaria numa relação adequada ao benefício pretendido, deve optar-se em favor daquela que afete menos os interesses e liberdades em conflito. Ambos os princípios se podem considerar ao mesmo tempo como expressão da aspiração de otimizar o uso da liberdade e da satisfação dos interesses numa comunidade (Zippelius, 1997, p. 390).

Para além desta configuração, o Estado de Direito democrático tem ainda uma componente de ordem social muito importante, que é a realização da democracia económica, social e cultural. Assim, é nosso entender, fala-se em Estado de Direito democrático quando as características do Estado de Direito e da democracia harmoniosamente convergem:

- ✓ O Estado está baseado na vontade popular, há pluralismo político, que abrange quer a liberdade de expressão, quer a liberdade de organização política;
- ✓ O poder político é exercido através do sufrágio direto e secreto;
- ✓ Os direitos fundamentais são garantidos pelo Estado;
- ✓ Existe participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, quer individualmente, sobretudo através das organizações sociais ou profissionais (partidos políticos, associações, sindicatos...).

Tendo em conta as características reitoras de um Estado de direito material, social e democrático, consideramos que a Guiné-Bissau ainda não as assume na sua plenitude e, por isso, tem um longo caminho a percorrer de maturação jurídicopolítica.

CAPÍTULO 2: A atuação da Polícia num Estado de Direito Democrático

2.1 - A Polícia e a sociedade⁵

As sociedades são regidas por normas de convivência social que visam a proteção dos cidadãos das ações de certos indivíduos que tentam criar uma desestabilização das normas de convivência aceites por todos os membros da comunidade.

Por conseguinte, é preciso ter em conta que a pluralidade democrática existe no seio da sociedade em muitos casos provoca alguma desordem ou conflitos sociais onde cada cidadão pretende ver resolvidos os seus problemas sem se preocupar com os demais. Daí a necessidade da existência de um órgão com poder coativo que faça cumprir as decisões do aparelho estadual, ou seja, a Polícia surge como uma força capaz de fazer cumprir a lei. A Polícia existe para servir a comunidade em que se insere, é seu dever e missão assegurar, no âmbito dos seus poderes e limites de atuação específica, a tranquilidade, a paz social e a liberdade que por seu intermédio são devidas pelo Estado aos seus concidadãos.

Se, por um lado, o Estado tem por obrigação a garantia da Segurança Pública e da prevenção e repressão da criminalidade, assegurando a paz social tão necessária à vivência em comunidade nas sociedades civilizadas e democráticas, por outro lado, o cidadão comum tem, para além do direito à satisfação de todos os direitos que a sociedade e o ordenamento jurídico do Estado lhe reconhecem, a obrigação de contribuir para a sua própria segurança e bem-estar, cooperando e colaborando com as entidades e autoridades policiais, no sentido de se obterem melhores índices de segurança e tranquilidade pública.

O trabalho e a ação da Polícia, independentemente das tarefas burocráticas, técnicas ou administrativas que por lei ou por motivos funcionais é obrigada, têm sempre por base o contato e a interligação com a população e a sociedade em geral. Assim, podemos dizer que a atividade das Forças de Segurança está diretamente ligada ao cidadão, pelo que os seus agentes têm de se confrontar diariamente com a problemática da comunicação com o público, ou seja, só o facto de os agentes policiais se encontrarem uniformizados pressupõe logo uma comunicação, dado que os cidadãos reagem à sua presença alterando o seu comportamento habitual.

⁵ Relativamente a esta matéria baseamos fundamentalmente na tese (santos 2002).

Ainda que de forma silenciosa, o agente policial está em constante comunicação com os cidadãos através da sua presença e atitude, com vista à realização da sua tarefa, pelo que terá de ter uma série de cuidados a adotar e uma postura adequada quando se apresenta e se depara com o cidadão.

Esse contato pressupõe uma interação constante entre os cidadãos e a polícia, logo cada encontro envolve uma determinada carga emocional, originando consequências para o agente e para o cidadão, consequências que podem ser positivas ou negativas para ambos, consoante o tipo de relacionamento existente entre o agente e os cidadãos.

Caso a relação entre ambos seja difícil ou desagradável, as consequências serão certamente desagradáveis, dificultando o trabalho policial e criando no cidadão uma ideia negativa da polícia.

Se a relação entre eles for agradável, mesmo quando o assunto não seja, acaba-se sempre por facilitar o trabalho policial, evitando perda de tempo e criando uma imagem positiva da polícia.

Na verdade, o que torna a comunicação entre as pessoas difícil ou fácil depende da maneira como os seus interlocutores se comunicam, ou seja, dado que o agente de autoridade pretende efetuar o seu trabalho com maior eficácia possível, com a mínima perda de tempo e a menor tensão, deverá ser ele a tomar a iniciativa, comunicando corretamente ou tentando acalmar determinados ânimos alterados.

Para tal é importante que a sua apresentação em público esteja de acordo com as regras da corporação que representa, ou seja, o agente policial, quando seja caso disso, deve apresentar-se devidamente uniformizado, uma vez que se trata não só de um meio de identificação, enquanto agente de autoridade, como também representará a face visível da organização que representa.

Assim, é importante que a sua postura corporal não apresente sinais de cansaço, desinteresse pelo trabalho, ou apatia, uma vez que o aspeto exterior do agente coadjuvado com a sua postura correta, expressões faciais adequadas, delicadeza, cordialidade e gestos adequados, transmitirão aos cidadãos uma ideia de eficácia e profissionalismo da própria

corporação, até porque isso não se passa apenas com as organizações policiais, passa-se também com qualquer organização.

Por conseguinte, para os agentes policiais, a questão da apresentação é mais importante dada a natureza da sua própria atividade, pelo que a sua linguagem corporal e o seu modo de expressar acabam por criar no cidadão uma modificação nos elementos que o perturbam.

Daqui se depreende a importância de o agente policial fazer uma interpretação correta das mensagens verbais e não-verbais emitidas pelos cidadãos, uma vez que essa interpretação acaba por ser a base da melhor aceitação do cidadão da sua polícia, ou seja, é importante que as Forças de Segurança melhorarem sempre e cada vez mais o seu relacionamento com os cidadãos, a começar pela forma como o próprio agente vive, pensa e age no seu dia-a-dia.

Nas sociedades democráticas, os elementos policiais não devem ter atenção somente os criminosos, que deverão estar sob vigilância permanente e detenção posterior, mas sim ao cidadão que precisa do polícia para o ajudar, através de um policiamento proactivo visando a antecipação dos problemas sociais. Segundo Germano M. da Silva (Silva, 2000, p. 22), “importa não esquecer nunca que o que importa à coletividade, o fundamental para que a paz reine na comunidade, não é tanto punir os que transgridem, mas evitar por todos os meios legais, que transgridam”.

É importante que os agentes policiais utilizem um conjunto de competências orientadas para a sua missão, que no fundo visa a prestação de um serviço público de qualidade numa relação de igual proximidade social, pois só assim se poderá falar da melhoria da atividade policial.

Não é tarefa fácil a dos Polícias, pois, no cumprimento das suas tarefas, “só podem utilizar os meios consentidos pela lei e deverão ponderar em cada caso concreto a medida da sua necessidade” (Silva, 2000, p. 22), não podendo ir para além do estritamente necessário.

De salientar que o contacto com público não se faz de um modo amplo e participativo por todos os setores e extratos da comunidade, pois na grande maioria dos casos, e em

especial nos países em que o policiamento virado para a comunidade é inexistente⁶, os contatos que se estabelecem entre o cidadão e a Polícia ocorrem em setores da população que não são representativos da sociedade nem na sua vivência quotidiana, pois decorrem, regra geral, de atividades ilícitas ou perturbadoras da paz social e que motivam a intervenção dos poderes da autoridade da Polícia⁷.

Neste âmbito, a maioria dos contactos Polícia-cidadão ocorre em situações de oposição com populações ou grupos hostis em atmosferas e ambientes de excitação e de relacionamento nem sempre fácil, o que por vezes pode originar fenómenos de generalização por parte da Polícia transferindo para o resto da população algumas das características destes grupos.

Por outro lado, e de um modo geral, é pelos órgãos de comunicação social que chegam à generalidade da população os ecos e os resultados dos contatos entre a Polícia e estes setores da sociedade, sendo que há casos de notícias alteradas e/ou forjadas.

Contudo, o ambiente de atuação da Polícia também impõe regras à sua atuação e ao relacionamento com a sociedade. Vejamos, por exemplo, o que acontece nos meios rurais e urbanos de pequena e grande dimensão.

Nos meios rurais ou urbanos de pequenas dimensões, a proximidade entre a Polícia e o cidadão é maior do que nas grandes cidades com muitos habitantes, onde o anonimato impera e o desconhecimento e a falta de ligação e solidariedade social ditam as regras do relacionamento humano.

Nos meios rurais, há possibilidades e condições para uma maior consciencialização das aspirações da coletividade e das necessidades e limitações da Polícia e das aspirações dos homens e mulheres que a integram, pois o contato e a aproximação verifica-se, por vezes, com maior frequência por motivos de relacionamento humano e social do que por motivos funcionais de atuação ou de exercício dos poderes de autoridade.

⁶ Referimo-nos concretamente aos estados autoritários, onde a Polícia tem apenas a tarefa de manter o poder estadual sem se preocupar com os Direitos dos cidadãos.

⁷ É um tipo de policiamento reativo, cada vez mais em desuso.

Não queremos com isto dizer que a Polícia deva ter perante situações semelhantes comportamentos diferentes consoante o grupo social a que a pessoa pertence, antes pelo contrário, pois a legalidade ditada pelo ordenamento jurídico é única. O que se pretende dizer é que a discricionariedade que a lei confere aos poderes da Polícia deve ser exercida de forma mais ou menos rígida, consoante as necessidades da atuação, com o firme propósito de aproximar a polícia da sociedade, e não o de a afastar desta.

A melhoria de qualquer serviço é sempre possível e a polícia não é exceção, pelo que devem ser envidados todos os esforços no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos. A competência, a integridade, a eficácia, a adequação dos meios a utilizar, bem como a criação de uma rede de parcerias com outras organizações sociais, são aqui aspetos importantes.

Na verdade, as Forças de Segurança, ao fornecerem um serviço de qualidade, acabam por reforçar a sua autoridade e o seu prestígio junto dos cidadãos, o que aumenta o sentimento de segurança, pelo que se torna imprescindível que os agentes policiais tenham um domínio claro das técnicas de comunicação com vista à melhoria da sua atividade, tendo sempre presente que a função de polícia consiste na defesa da legalidade democrática e da segurança interna, não devendo a sua atuação extravasar as suas competências, pois se assim acontecer estarão em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, podendo estes opor-se-lhes, inclusive pela força, desde que proporcionada.

2.2 - Dos princípios fundamentais da atuação policial

Todas as sociedades modernas têm como principal fundamento uma série de regras de convivência que permitem que os seus membros se relacionem de forma relativamente organizada e pacífica. Essas regras baseiam-se na aceitação de um conjunto de princípios e valores, de natureza ética e moral, que devem ser respeitados por todos, sem exceção.

Segundo Valente (2014, p. 185), a Polícia está, *ab initio ad finem*, subordinada ao princípio do Estado de direito como ideia diretiva de todos os princípios integrantes e do sistema jurídico material, ao qual se aduzem os subprincípios e princípios jurídicos gerais concretizadores da ideia de Estado de Direito.

Se assim não fosse, a vida em sociedade seria impossível, pelo que passaremos em análise alguns princípios fundamentais que devem pautar a atuação de uma polícia de um Estado de direito democrático.

2.2.1 - Princípios da legalidade e da constitucionalidade

Constitucionalmente cabe à Polícia, art.º 272º nº 1 da CRP e art.º 21º nº 1 da CRGB, “a função de defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Se lhe cumpre tão nobre missão, não pode a mesma apartar-se da legalidade que defende e garante, sob pena de se esboroar a legitimidade da sua ação diária, ou seja, a Polícia deve obediência à Lei, à Constituição. Desta feita, podemos afirmar que não podemos esquecer o princípio da constitucionalidade quando se fala do princípio da legalidade (Valente, 2014, p. 187).

No que concerne ao princípio da legalidade, consagrado nos artigos 266º nº 2 da CRP e art. 3º de CPA, este impõe que “os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à Lei, atuando em obediência a ela dentro dos limites dos poderes que lhes estejam atribuídos e em conformidade com os fins para que os mesmos poderes lhes forem conferidos”.

Daqui depreende-se que a atuação de toda a Administração pública deve ser baseada nos preceitos constitucionais, nas regras do Direito Internacional, resultantes de tratados ou acordos internacionais (a que Portugal esteja vinculado) e nas Leis. Significa dizer que num Estado de direito democrático não deverão reinar princípios absolutistas que conduzam ao despotismo e ao livre arbítrio, ferindo os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitucionalmente consagrados. Por este facto, o princípio da legalidade deve ser considerado, em nosso entender, como um dos princípios mais importantes da Administração Pública (Amaral, 1996, p. 43).

Na ótica de Marcello Caetano (1990, p. 30), “Nenhum órgão ou agente da administração pública tem a faculdade de praticar atos que possam contender com os interesses alheios senão em virtude de uma norma geral anterior”. Este professor ensina-nos de que a Administração Pública está proibida de lesar os interesses dos particulares,

excetuando os casos consagrados na lei. Verifica-se, assim, a existência de um limite na atuação da Administração Pública em detrimento do benefício dos particulares.

Para Diogo Freitas de Amaral (1996, p.45), o princípio da legalidade define *a priori* o que a Administração Pública deve ou não fazer não se limitando apenas à proibição de práticas. No fundo, este princípio visa também a proteção do interesse público, pelo que se deve considerar “o fundamento da atuação administrativa e não apenas um limite da atuação administrativa”.

De acordo com este Autor, este princípio apresenta duas características: “a preferência da lei, que nenhum ato de categoria inferior à lei pode contrariar, sob pena de ilegalidade; a reserva de lei consiste em que nenhum ato ou categoria inferior à lei pode ser praticado sem fundamento na lei” (Amaral, 1994, p. 45).

Valente (2014, p. 186), na mesma esteira, vai mais longe, ao sustentar que,

“No que concerne à obediência ao princípio da legalidade, duas questões se levantam: a *dimensão negativa* do princípio da legalidade, *i. e., princípio da prevalência da lei* – todos os atos da Polícia têm de se conformar com as leis, sob pena de serem ilegais, *i. e., o fundamento* da atuação da Polícia está na Constituição e na lei (legalidade democrática); e a *dimensão positiva* do princípio da legalidade, *i. e., princípio da precedência da lei* – a Polícia só pode intervir de acordo e com base na lei ou com autorização desta, *i. e., o limite* da atuação da Polícia está na Constituição e na legalidade democrática”.

Este princípio é a base de toda a atuação policial, inibindo assim o livre arbítrio, uma vez que a maioria das medidas de polícia são provocadoras de restrição de direitos, liberdades e garantias.

2.2.2. - Princípio da igualdade e da imparcialidade

A junção destes dois princípios fundamentais na atividade da polícia – de ordem pública, administrativa e/ou judiciária – deve-se a inter-relação dos mesmos, apesar de não se confundirem, sendo que o *princípio da imparcialidade* é, necessariamente, uma

consequência do *princípio da igualdade*, sendo que este se prende com o princípio da legalidade, assim como é uma exigência do princípio da justiça (Valente, 2014, p. 232).

O *princípio da igualdade* consagrado no art.º 13º da CRP, no art.º 24º da CRGB e nº 1 do art.º 5º do CPA, dispõe que “nas suas relações com os particulares a Administração Pública deve reger-se pelo princípio da legalidade, pois que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

Trata-se da forma de situar os cidadãos na sociedade independentemente da posição que ocupam, ou seja, os cidadãos devem ser tratados perante a lei da mesma maneira.

Segundo Manuel Valente, o princípio da igualdade como princípio estruturante do Estado de direito democrático e social, por um lado, impõe que exista igualdade na aplicação do direito – dimensão liberal, em que todos são iguais perante a lei geral e abstrata - por outro, garante a igualdade dos cidadãos na participação da vida política da comunidade – dimensão democrática, que proíbe discriminações no pleno exercício do poder político – e, ainda, exige que sejam eliminadas as desigualdades fáticas geradoras de desigualdades de qualificação jurídica de modo que se concretize uma igualdade de facto ou material económica, social e cultural (Valente, 2014, p. 233).

Na verdade, com o princípio da igualdade pretende-se criar um princípio de disciplina nas relações entre o cidadão e o Estado (ou equiparadas), mas também uma regra de estatuto social dos cidadãos, um princípio de conformação social e de qualificação da posição de cada cidadão na coletividade (Canotilho & Moreira, 1993, p.126). Por conseguinte, é preciso entender que o princípio da igualdade só permite um tratamento igual em situações iguais e possibilita um tratamento diverso em situações de facto diferentes.

A obrigação de diferenciação consubstancia-se no facto de este direito pretender também compensar as desigualdades de oportunidades. Significa que o princípio da igualdade tem uma função social, o que pressupõe o dever de eliminação ou atenuação, pelos poderes públicos, das desigualdades sociais, económicas e culturais, a fim de assegurar uma igualdade jurídico-material (Canotilho & Moreira, 1993, p.12).

Por conseguinte, é preciso ter bem presente a distinção que é feita pela filosofia do direito acerca deste princípio. Além da natureza geral, comum e igual em todos os homens, tem cada um deles a sua natureza especial, *sui generis*, com ideias, sentimentos, resoluções próprias e tão originais que não existem nem têm existido, nem existirão nunca dois indivíduos com naturezas especiais iguais e indistintas. O direito de igualdade, portanto, não prejudica o reconhecimento da desigualdade à natureza especial do homem (Silva, 2001, p. 53). Assim, para factos iguais, deverá haver tratamentos iguais, para factos desiguais, deverá haver tratamentos desiguais.

No que concerne ao *princípio da imparcialidade*, consagrado no art.º 266º n.º 2 da CRP, respeita essencialmente às relações entre a Administração pública e os particulares, podendo, na ótica de Canotilho e Moreira (1993, p. 236), circunscrever-se a dois aspetos: o primeiro, relacionado com os princípios constitucionais, diz que, em caso de conflito entre o interesse público e os particulares, a Administração deve proceder com isenção na determinação da prevalência do interesse público, de modo a não sacrificar desnecessária e desproporcionadamente os interesses particulares; o segundo, refere-se à atuação da Administração em face dos vários cidadãos, exigindo-se igualdade de tratamento dos interesses dos cidadãos através de um critério uniforme de prossecução do interesse público.

Como corolário do princípio da igualdade releva que a atividade da Polícia, quer quando promotora da sua função quer como objeto de interesses particulares, em especial dos elementos policiais, de modo que se proteja a *isenção* e *objetividade* da atividade de polícia (Valente, 2014, p. 236).

Este princípio, que não se confunde nem se aproxima do princípio da neutralidade, por a polícia ter a seu cargo interesses públicos a prosseguir preconiza que, por uma lado, a polícia na prossecução do interesse público (garantir a segurança interna) atue de forma isenta na determinação daquele para que não sacrifique desnecessária e desproporcionalmente os direitos e interesses dos particulares (Valente, 2014, p. 236).

A garantia da imparcialidade da Administração implica, entre outras coisas, o estabelecimento de impedimentos dos titulares de órgãos e agentes administrativos para intervirem em assuntos em que tenham interesse pessoal, direto ou indireto.

2.2.3 Princípio da Proporcionalidade *lato sensu* ou da Proibição de Excesso

É um princípio informador do princípio da legalidade como limite de quaisquer arbitrariedades do poder legislativo, do poder judicial e do poder executivo. Afirma-se como princípio densificador da pessoa humana (Valente, 2014, p.196).

Consagrado no n° 2 do art.º 18º da CRP, no art.º 272º n° 2 da CRP e no n° 2 do art.º 5º do CPA, esclarece-nos que, “ as decisões da Administração que colidam com os direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afetar essas posições em termos adequados e proporcionais aos objetivos a realizar”.

Logo as decisões administrativas relacionadas com interesses ou direitos dos particulares devem ser proporcionais ao objetivo que se pretende alcançar, ou seja, “as medidas de Polícia restritas devem ser limitadas, só sendo legítimas se necessárias (a eliminação de um perigo grave e atual de desordem), idóneas ou eficazes (no sentido da eliminação desse perigo), proporcionadas (entre o sacrifício dos direitos e o resultado), tempestivas e de duração limitada (ao perigo) ” (Santos, 2002, p. 37).

Em circunstância alguma os meios a utilizar devem ser superiores aos objetivos sacrificados, pelo que terá de existir proporcionalidade entre os meios. Não se aceitando a ideia de que os fins justificam os meios.

Para Canotilho e Moreira (1993, p. 924) este princípio enforma o exercício de poderes discricionários. A administração deve pressupor os fins legais, os interesses públicos, primários e secundários, segundo o princípio da justa medida, adotando, dentre as medidas necessárias e adequadas para atingir esses fins e prosseguir esses interesses, aquelas que impliquem menos gravames, sacrifícios ou perturbações à posição jurídica dos administrados. Este princípio e outros também assinalados – justiça, igualdade, imparcialidade – implicam a juridicidade de toda a atividade administrativa com consequente acréscimo de limites internos aos poderes discricionários da administração.

Para Valente (2014, pp. 196 e 197), o princípio da proporcionalidade *lato sensu* ou da proibição de excesso, no que concerne à Polícia, tem como corolários diretos – adequação, necessidade e exigibilidade e indiretos a subsidiariedade e indispensabilidade. Ainda para

esse autor, o dever da Polícia se limitar ao estritamente necessário e mostrar-se apta para o efeito retira-se do nº 2do art.º 272º, do nº 2 do art.º 266º e da 2ª parte do nº 2 do art.º 18º da CRP, que consistem nos seguintes corolários:

- a) O *princípio da adequação*, isto é, as medidas restritivas legalmente previstas devem revelar-se como meio adequado para a prossecução dos fins visados pela lei, salvaguardando-se outros direitos ou bens jurídicos constitucionalmente protegidos.
- b) O *princípio da exigibilidade ou da necessidade*, ou seja, as medidas restritivas previstas na lei devem revelar-se necessárias, melhor, devem ser exigíveis na medida em que essas medidas nunca devem transpor as exigências do fins de prossecução do interesse a tutelar, porque são meio mais eficaz e menos oneroso para restantes direitos, liberdades e garantias.
- c) O *princípio da proporcionalidade em sentido restrito ou da razoabilidade*, que significa que as medidas ou os meios legais restritivos e os fins obtidos situam-se em uma justa e proporcionada medida, impedindo-se a adoção de medidas legais – formais e materiais – restritivas desproporcionais, excessivas, em relação aos fins obtidos.
- d) O *princípio da subsidiariedade* que deve pesar na decisão de quem solicita (APCe/ou MP) e de quem decide (JIC) pelo despacho de atorização ou de ordem à realização de meios de obtenção de prova.
- e) O *princípio indispensabilidade*, este princípio regente da atividade persecutória do Estado dotado de *ius puniendi* tem relevância nos meios ocultos de investigação criminal.

Na verdade, o importante é que a Polícia mantenha a ordem e tranquilidade públicas sem ferir os direitos dos cidadãos, por isso, o princípio da proporcionalidade constitui um importante fator de regulação/equilíbrio entre os direitos do homem e as restrições de liberdades.

Por conseguinte, é preciso ter em conta que a Polícia deve pautar a sua atuação na justiça que é o fim único da administração estadual, ou seja, a atuação policial deve pautar-se sempre pela isenção e imparcialidade.

2.2.4 - Princípio da Boa-fé

O princípio da boa-fé, até então podia-se revisitar no âmbito do princípio da justiça, de consagração constitucional (art.º 266º, nº 2 da CRP) e administrativa (art.º 6º do CPA). Contudo, entendeu-se autonomizar o princípio da boa-fé por não ser, hoje, um mero princípio de intenção moral, mas por ser um verdadeiro princípio legitimador da atividade da administração em geral e, muito em especial, da polícia, e por corresponder à necessidade de criar um clima de confiança e previsibilidade no seio da Administração Pública (Valente, 2014, p. 214).

Sendo um dos princípios que a polícia deve obedecer na sua atuação, predispõe que “no exercício da atividade administrativa e em todas as suas fases e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa-fé e devem ponderar-se os valores fundamentais do direito, relevantes em face das situações consideradas, e em especial, a confiança suscitada na outra parte pela atuação em causa e o objetivo a alcançar com a atuação empreendida” (Santos 2002, p. 37). Assim, a Administração Pública não se poderá deixar levar ou influenciar por razões subjetivas ou pessoais no intuito do favorecimento de certos particulares.

Nestes termos, na esteira de valente (2014, p. 214), este princípio apresenta-se como instrumento garantístico das expectativas e da confiança dos particulares gerados a partir de comportamentos, neste caso, da polícia.

2.2.5. Princípio da colaboração com os particulares

Uma das competências da polícia é a de contribuir para um bom esclarecimento e informação em matéria de segurança dos cidadãos. Este princípio é consagrado no art.º 7º do CPA, que plasma que “os órgãos da Administração Pública devem atuar em estrita colaboração com os particulares, procurando assegurar a sua adequada participação no desempenho da função administrativa, prestar aos particulares as informações e ao esclarecimentos de que careçam, apoiar e estimular as iniciativas dos particulares e receber as suas sugestões e informações”.

Da interpretação deste princípio verificamos que a Administração Pública tem o dever de colaborar estritamente com os particulares, prestando-lhes, em especial, as informações e esclarecimentos de que necessitam. É uma característica axiomática da atividade da polícia, que apoia e colabora com todos os cidadãos.

2.2.6. Princípio da prossecução do interesse público

O art.º 266 n.º 1 da CRP e art.º 4º do CPA impõe que “a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos”.

Na atuação policial este princípio deve ser tido em conta, na medida em que o homem é um ser gregário e, como tal, está condenado a viver em comunidade, pelo que essa vivência origina toda a panóplia de situações relativas, quer na normalidade de tal existência, quer ao progresso social, até porque “o homem é uma realidade natural resultante de uma necessidade individual ... só integrado nestas formas gregárias ele alcançará a sua complementação” (Neves Ribeiro, cit. In Santos, p. 38).

Ainda no concernente a este princípio, ensina-nos Manuel Valente (2014, p. 211) que:

O interesse público, como “interesse radicalmente objetivo, não individualizado nem individualizável”, corresponde a uma necessidade pública e de um grupo indistinto de indivíduos, apresenta-se, duplamente, à Polícia como fundamento e como “um dos mais importantes limites da margem de livre decisão.

A Polícia, por um lado, só está legitimada a prosseguir o interesse público, devendo apartar-se da prossecução de interesses privados, mesmo que tenha de intervir para repor a ordem e a tranquilidade pública em benefício de cidadãos em casos particulares.

O princípio da prossecução do interesse público não permite definir qual é, em cada caso concreto, a melhor forma de prosseguir o interesse público. Reveste-se de um elevado grau de indeterminação, pelo que a Administração goza de uma margem de decisão quanto ao *modus faciendi* da sua prossecução.

Isto significa que a Administração em geral, e a polícia, em particular, está sujeita ao dever de uma boa administração, ela tem o dever de prosseguir os interesses públicos legalmente definidos da melhor maneira possível.

2.2.7. Princípio da Vinculação Funcional

O fundamento da vinculação funcional das polícias em Portugal é baseado no artigo 272º, nº 1, da CRP, que define os objetos da atuação Policial, como sendo a defesa da legalidade democrática, a garantia da segurança interna e a garantia dos direitos dos cidadãos, funções também constantes na Lei 53/2007, de 31 de Agosto (LOPSP), nos seus artigos 1º, nºs 1 e 2 que determinam as competências da PSP, vinculando o exercício da atividade Policial de todos os elementos da PSP.

2.2.8. Princípio da Atuação Preventiva

Estatuído no art.º 272º nº 3 da CRP e no art.º 3º, alíneas *c*) e *d*) da Lei nº 53/2007, atribui à Polícia a missão de prevenção dos crimes, missão esta que vem completar a ideia expressa no nº 1 do mesmo artigo, quando se refere à função da defesa da legalidade democrática e garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos. Este princípio reforça a ideia de que a tarefa da Polícia não se cinge apenas à repressão de crimes, uma vez que a sua missão é sobretudo preventiva. Na linha de Germano M. da Silva (2000, p. 17),

“o objeto próprio da polícia, relativamente aos factos humanos qualificados pela lei como crimes, é a prevenção segundo o velho princípio de que mais vale prevenir do que remediar”.

De facto, para que uma Polícia seja considerada eficiente não é necessário o uso de meios coercivos, mas sim a utilização de medidas que visam a todo custo impedir a violência. Trata-se de um princípio que visa a tomada de um conjunto de medidas por parte dos agentes responsáveis pela aplicação da lei, com vista a prevenir atos suscetíveis de alterar a ordem e tranquilidade pública dos cidadãos.

Uma das tarefas da Polícia é, de facto, a prevenção da criminalidade, que lhe advém do preceituado no n.º 3 do art.º 272º da CRP, que tipifica as tarefas de polícia como sendo a prevenção dos crimes. Por conseguinte, é preciso ter sempre em conta que os “atos de polícia, além de terem um fundamento necessário na lei, devem ser medidos ou procedimentos individualizados e com conteúdo suficiente definido na lei, independentemente da natureza dessas medidas” na mesma amplitude (Canotilho e Moreira, p. 956). O Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro⁸, no seu preâmbulo consagra, de entre coisas os “...fins da atuação da Polícia”⁹. Ainda, indo mais longe, Canotilho e Moreira afirmam que “a função de prevenção criminal traduzida na adoção de medidas adequadas para certas infrações de natureza criminal, não pode recorrer a procedimentos limitativos da liberdade e da segurança fora dos casos expressamente admitidos pela Constituição ou pela Lei... medidas de prevenção de crimes serão apenas medidas de proteção de pessoas e bens, vigilância de indivíduos e locais suspeitos, mas não podem ser medidas de limitação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (Canotilho e Moreira, p. 956).

Segundo Valente (2013, p. 307), as medidas de polícia ou as medidas de prevenção assentam numa trilogia funcional que abarca toda a conceção de prevenção criminal: função de vigilância, função da prevenção criminal *stricto sensu* e função restabelecimento da paz jurídica a social. As duas primeiras funções recaem sobre a polícia na sua tridimensionalidade – *ordem e tranquilidade públicas, administrativa e jurídica* - conquanto a terceira função pertence aos tribunais por meio do Ministério Público (MP).

A função de vigilância adstrita à atividade da polícia, no quadro jurídico-criminal, implica a atividade de polícia de ordem e tranquilidade pública em ações operativas concretas de prevenção com o intuito de reduzir as atividades e as áreas de perigo e espaços de probabilidade de atos concretos ou atos preparatórios destinados a criar perigo ou produzir lesões a bens jurídicos individuais e supra-individuais. A função da vigilância procura, por um lado e com a presença efetiva de elementos policiais, o impedimento de produção de lesões - «danos» - e, por outro, implica a organização de informação atinente a preparar a

⁸ Aprova o Estatuto da PSP.

⁹ Sendo os fins da atuação da PSP, no contexto da segurança interna, os de prevenção e combate a comportamentos criminais (...) sem as restrições que as funções de natureza militar impõem.

polícia para intervir em caso de lesões efetivas com o menor grau de afetação e restrição de direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos.

A função da prevenção criminal *stricto sensu* consiste em adotar medidas adequadas para certas infrações de natureza criminal, que visam a proteção de pessoas e bens, a vigilância de indivíduos e locais suspeitos, por meio de aplicação de *medidas cautelares e de polícia*, sem que se restrinja ou limite desproporcionalmente ou com abuso do excesso o exercício dos direitos, liberdades e garantias do cidadão. Ainda, para este Autor (Valente, 2013, p. 310), a função prevenção criminal *stricto sensu* é o cordão umbilical entre a prevenção e a repressão, entre o tempo da prevenção – ação do presente dirigida ao futuro – e o tempo da repressão – ação do presente sobre o passado.

Nos nossos dias acredita-se que não é bom polícia aquele que faz mais detenções ou usa mais força, antes pelo contrário, um bom polícia é aquele que exerce as suas funções sem ter de se socorrer de meios coercivos, utilizando os métodos pedagógicos adequados para solucionar problemas, salvo nos casos em que tenha efetivamente de usar outras medidas mais gravosas para manter a ordem. A função da polícia é a de prevenir, não a de reprimir (Silva, 2000, p. 22).

2.2.9 - Princípio da Mínima Intervenção

Este princípio proíbe sobretudo o livre arbítrio e tem a finalidade de limitar a atuação policial ao estritamente necessário, pelo que toda a intervenção policial, e os meios a utilizar devem ser adequados a cada situação e a sua utilização deverá obedecer a determinadas regras estabelecidas por lei. Assim, só se justifica a intervenção policial quando estejam esgotados todos os meios possíveis para a resolução do problema, ou seja, o melhor é nunca a força para resolução de um conflito, mas no caso de ter que intervir, a Polícia deverá atender três aspetos fundamentais a ter em conta:

- ✓ A comprovação da exigibilidade da atuação policial, mesmo que funcionalmente legítima e, no caso afirmativo, a necessidade de adaptação de uma conduta restritiva de direitos para alcançar o objetivo funcional;
- ✓ A ideia de adequação entre a medida de polícia a utilizar e o valor constitucional a salvaguardar;

- ✓ O estabelecimento de uma regra de proporcionalidade entre o sacrifício resultante dos atos de execução da medida da polícia escolhida como adequada e o benefício alcançado com a atuação.

O princípio da mínima intervenção reforça o respeito pelos direitos humanos, condição fundamental da atuação policial num Estado de Direito Democrático.

Por conseguinte, esgotadas todas as possibilidades de resolução do problema de força pacífica, havendo necessidade da intervenção policial, ela terá de observar a exatidão da situação, ou seja, é necessário evitar o emprego de meios desnecessários.

2.2.10 - Princípio da Obrigatoriedade de Controlo *a posteriori*¹⁰

Este princípio responde ao facto de a função policial provocar, por vezes, restrições aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Quando tal sucede, torna-se imperioso, no final de cada atuação policial, efetuar-se um controlo e apreciação das medidas que aplicadas por meio de análise de relatório que as Autoridades da polícia e as autoridades da polícia criminal devem elaborar, art.º 253º, n.º 1 CPP.

É próprio de um Estado de direito a obrigação de efetuar o controlo *a posteriori*, logo que termine qualquer ação suscetível de ferir os direitos, liberdades e garantias, até porque a efetivação dos direitos e liberdades fundamentais só se evidenciam a partir da altura em que esses direitos são respeitados. Por isso, qualquer ação policial suscetível de restringir direitos, liberdades e garantias, deverá sujeitar-se a um controlo *a posteriori*, a fim de avaliar em que medida houve a respetiva adequação das medidas de polícia utilizadas perante o caso concreto e poder-se responsabilizar os prevaricadores.

A Constituição reconhece a necessidade do controlo *a posteriori* quando plasma no seu art.º 271 que: “Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício de que resulte violações dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos (...)”.

¹⁰ Seguimos o pensamento de Manuel Valente quanto a esta matéria (2014, pp. 206 a 214)

Não obstante ao preceituado na lei fundamental sobre esta matéria, é preciso ter em mente que existem vários normativos legais que regulam essa mesma matéria. Tomemos como exemplo o Código de Processo Penal (CPP), que estabelece no artigo 253º, “os órgãos de polícia criminal que procederem a diligências referidas nos artigos anteriores, (entenda-se medidas cautelares e de Polícia), elaboram um relatório onde mencionam de forma resumida, as investigações levadas a cabo, os resultados das mesmas, a descrição dos factos apurados e as provas recolhidas”.

Por outro lado, o preceituado nos artigos 250º, 251º, 252º, 259º e 261º do CPP, (identificação de suspeito e pedido de informações, revistas e buscas, apreensão de correspondência, dever de comunicação e libertação imediata do detido, respetivamente), são fatores evidentes em como o controlo da ação da Polícia é indispensável.

Em nosso entender, os próprios Comandantes de Esquadra devem ser os primeiros a efetuar este controlo da atuação em primeiro plano, uma vez que são por excelência os chefes imediatos, que vivem e convivem com os seus subordinados os problemas diários, por outro lado, devem ser os próprios colegas a exercer o controlo, abstendo-se de ocultar práticas ilegais.

Assim, “o Estado não só deve respeitar os direitos fundamentais, como também deve garantir a sua efetivação. A garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais exige, materialmente, o controlo *a posteriori* das medidas que legalmente admitem a sua restrição, sob pena de não tratar de garantia afetiva” (Ferreira, 1996, p. 6).

2.3 - O exercício da atividade policial no Estado de Direito Democrático

A evolução social, económica e cultural da humanidade contribuíram para o fortalecimento de um Estado de um estado de direito democrático, ao ponto de os integrantes da sociedade deixarem a passividade e passaram a exigir ao Estado a preservação e efetivação dos seus direito, liberdades e garantias, sejam eles individuais ou coletiva.

Logo, nesse contexto, se compete à Polícia num Estado de Direito Democrático assegurar a ordem e a tranquilidade públicas (responsabilidade do estado confiada a Polícia), intervindo no exercício de atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesse gerais,

então, só o pode fazer no respeito da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, conforme impõe a Constituição da República Portuguesa no seu art. 272º.

Dentro desse leque das responsabilidades do Estado confiadas à Polícia, temos a manutenção e preservação da ordem pública. Mas “não é, qualquer ordem que a polícia cabe assegurar” (Silva, 2000, p. 22).

Para assegurar a ordem pública, a polícia deve antes de mais “defender a legalidade democrática” (Silva, 2000, p. 22).

Segundo Valente (2014), “a Polícia deve ser promotora da materialização dos princípios e dos direitos próprios de um Estado de direito democrático, ou seja, deve materializar o princípio democrático com forma de *legitimação do poder* de modo a que se torne no *impulso dirigente* de uma sociedade. Ainda, para esse autor, com a materialização desse princípio democrático, “a Polícia materializa os direitos fundamentais, que além de serem um elemento constitutivo do estado de direito, também são um elemento básico para a realização do princípio democrático”.

Os direitos, as liberdades e as garantias fundamentais são limitadoras da atividade policial, ou seja, a preservação e manutenção da ordem pública deverá reger-se de forma harmónica com a dignidade da pessoa humana. A atuação policial, mesmo nos casos de restabelecimento da ordem pública perante uma conduta ilícita praticada por um indivíduo, deverá ser feita de forma a salvaguardar a vida, a integridade física, moral e psicológica desse perpetrador, ou seja, de acordo com Silva (2000, p. 22), “é preciso que em cada caso sejam ponderados os pressupostos e finalidades da lei e todas as circunstâncias do agir humano para que o fim da lei seja alcançado e não pervertido”.

No conflito entre direitos e interesses dos particulares legalmente protegidos e o interesse comum, a polícia não pode arrogar-se de todos os meios e métodos ao seu dispor para conseguir o interesse comum em detrimento dos direitos e interesses dos particulares. “Os fins não podem e, muito menos, devem em um Estado de direito democrático justificar os meios e métodos” (Valente 2014, p. 220).

Mesmo em caso do uso dos meios consentidos, não se pode ir além do estritamente necessário. “Daqui se vê que a atividade da polícia não é de mera execução automática, antes

exige muita ponderação, muita prudência, inteligência da situação para no domínio da discricionariedade necessária à escolha da medida e ao seu grau de intensidade não ultrapassar nunca a medida do consentido, do estritamente necessário para a realização do fim que prossegue” (Silva, 2000, p. 22).

Assim, é importante que as relações entre a polícia e os cidadãos se baseiem num ambiente de harmonia e respeito mútuo, ou seja, é a polícia que tem de se fazer respeitar abstendo-se de, na sua atuação, empregar práticas menos corretas que possam ferir a dignidade da pessoa humana, até porque nas sociedades democráticas, o poder da polícia não pode ser um fim próprio da sua atuação, mas sim a salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

2.4 – A Discricionariedade na Atuação Policial

No desenrolar das atividades policiais têm surgido vários problemas que a sua resolução não exige que se aplique medidas de acordo com as leis vigentes, pois que os agentes que se deparam com tais problemas, conseguem solucioná-los, baseando-se assim no bom senso dos intervenientes. Também não são raras as vezes que a polícia se depara com certos problemas que a solução para a resolução dos mesmos não se encontram tipificadas na lei. Então como o agente poderá solucionar este problema? Daí a razão da aplicação da discricionariedade na resolução de certos problemas que surgem no dia a dia.

Temos, também, de ter sempre presente que a lei não regula tudo o que polícia deve fazer, deixando em certas situações uma margem de liberdade de decisão aos agentes.

Ao tomar uma decisão sobre uma situação que não se encontra regulada por lei, o agente está a usar o poder discricionário na sua atuação, pois que não a tomar uma decisão vinculada na lei. Sobre esta questão Diogo Freitas de Amaral (1996, p. 111) partilha a definição dada pelo Marcello Caetano “quando este considera que o poder vinculado como sendo aquele cujo seu exercício esteja regulado pela lei. Mas quando o exercício do poder esteja entregue ao critério que o exerce, dando-lhe liberdade de escolher os procedimentos a serem adotados à cada caso e que estes procedimentos satisfaçam o interesse público protegido pela norma que o confere”. Esta é a forma como Marcello Caetano faz a distinção entre o poder discricionário e o poder vinculado.

O poder discricionário de polícia é entendido por W. R. Lafawe (cit. In André, 2000/2001) como sendo “qualquer tomada de decisão que não esteja estritamente regida por regras legais, onde impera o juízo pessoal”.

Existem três teses doutrinárias sobre a natureza do poder discricionário da administração:

- a) A tese da discricionariedade como liberdade da Administração na interpretação de conceitos vagos e indeterminados usados pela lei;
- b) A tese da discricionariedade como vinculação da Administração a normas extrajurídicas, nomeadamente regras jurídicas, para que a lei remete;
- c) E a tese da discricionariedade como liberdade de decisão da Administração no quadro das limitações fixadas por lei.

Esta última (c) é a concepção que perfilhamos, tal como faz, de resto, a generalidade da doutrina portuguesa e estrangeira, porque para esta outra concepção, enfim, a discricionariedade é uma liberdade de decisão que a lei confere à Administração a fim que esta, dentro dos limites legalmente estabelecidos, escolha de entre as várias soluções possíveis aquela que lhe parecer mais adequada ao interesse público.

Perante qualquer situação não tipificada pela lei, o agente da polícia deve tomar uma decisão, independentemente de não existirem normas legais que o limitem. Sendo o agente da polícia um ser humano como qualquer um em situações não reguladas por lei, tem de utilizar o seu próprio juízo e a sua própria consciência para dar solução aos problemas com que venha a se deparar.

O poder discricionário segundo o jurista Roscoe Pound (cit. In André, 2000/2001), “situa-se na zona intermédia entre a lei a moral”. Daqui podemos ver que um dos aspetos também muito importante na aplicação deste poder, é a moral, pois caso não exista, pode-se cair na arbitrariedade que é um dos maiores problemas das sociedades contemporâneas, pois nas sociedades democráticas a exigência fundamental é assegurar a manutenção da ordem, garantir a segurança e a liberdade das pessoas e tem que se preocupar em estabelecer o equilíbrio entre os poderes indispensáveis para o cumprimento cabal da missão policial e o direito dos cidadãos a serem protegidos contra os possíveis abusos cometidos no exercício de tais poderes.

Portanto, o poder discricionário da polícia é um poder inequivocamente vinculado à lei e constitui uma inquebrável ligação, sob pena de prevaricar, negando toda a esfera desse mesmo poder. Esta liberdade de decisão é concebida por lei. É a tal liberdade de opção deixada à vontade de quem tem competência de decidir.

Face a complexa missão que as polícias têm para com a população, o exercício de toda a atividade discricionária, deve ter alguns mecanismos de controlo, com vista a se evitar o surgimento de condições de livre arbítrio, encorajar a prática de erros. Deverão também os superiores hierárquicos manter o controlo e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos seus afetos.

CAPÍTULO 3: A Polícia da Ordem Pública (POP) da Guiné-Bissau

3.1 – Introdução

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental, considerado um dos mais pobres do mundo encontrando-se em 178.^a posição entre 188 países hierarquizados, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹¹ de 0,420. A Guiné-Bissau é destacada no relatório PNUD/2015 por ter, segundo estimativas, 58,4% da população em situação de pobreza extrema. Com uma população estimada entre cerca de 1,3 e 1,6 milhões de habitantes, dos quais cerca de 30% vive em zonas urbanas, a esperança de vida ronda os 45 anos. Da população ativa, cerca de 60% está desempregada ou sem ocupação, dos quais 65% sobrevive com menos de \$2 USD/dia. Numa área equivalente a um terço do território de Portugal coabitam mais de 20 etnias.

Inicialmente, contra Portugal, de quem em 1973 declarou unilateralmente a independência, formalmente reconhecida em 1974, as lutas internas e ou externas pelo controlo do poder ou da liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), estiveram sempre presentes.

A cronologia dos factos é feita de golpes e contragolpes, de alegadas ou confirmadas tentativas, e a consequente eliminação, muitas vezes física, de adversários importantes: todos os três presidentes foram depostos por militares que nem sempre se submetem ao poder político, conforme expresso na Constituição (Gomes, 2009).

As Forças de Segurança, em particular a Polícia de Ordem Pública (POP), apesar da sua intervenção nos momentos de violência que ciclicamente afetam a Guiné-Bissau, não assumir os mesmos contornos têm ainda assim um papel não negligenciável. Apresentam, também, uma situação idêntica às das FA, porquanto a sua base cultural e institucional assenta também em elementos e estruturas oriundas da luta de libertação (Gomes, 2009).

A atual polícia guineense, ou seja, a Polícia de Ordem Pública foi criada de raiz através do desmantelamento da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da polícia de localidades (cíprios) e, no lugar destes foi introduzido uma nova polícia composta

¹¹ Segundo relatório de PNUD (2015)

essencialmente por guerrilheiros do PAIGC. Esta transformação genética impôs a polícia uma característica militar, patologia com que, ainda hoje, padece.

Para inverter essa situação que em nada abona para a boa imagem de uma Polícia instituída para ser o garante da ordem e da segurança, o Governador da Guiné-Bissau com os apoios dos parceiros internacionais, de uns anos à esta parte, estão empenhados na reforma e na modernização no setor da Defesa e da Segurança.

3.2 - A Polícia na Constituição da República da Guiné-Bissau

Foi com a revisão da CRGB, em 1996, que a Polícia ganhou legitimidade e fundamento constitucional para a sua atuação, nos termos do art.º 21º. Tendo em conta que esta, no decorrer da sua atividade, desenvolve medidas de polícia que, em determinadas situações, põem em causa os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, é imprescindível que seja regida dentro dos princípios e limites impostos pela CRGB:

“1- As forças de segurança têm por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apartidárias, não podendo os seus elementos, no ativo, exercer qualquer atividade política.

2- As medidas de polícia são só as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.

3- A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só se pode fazer com observância das regras previstas na lei e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”.

Esta opção constitucional é claramente uma forma de consolidação de um Estado democrático e de direito. É a CRGB que consagra os princípios jurídicos inerentes à prossecução do interesse da coletividade, que deve ser tido em conta nas decisões tomadas pela Administração Pública.

A CRGB integra a polícia dentro do *Título I, Princípios fundamentais – Da natureza e fundamentos do Estado*.

O art.º 21º da CRGB consagra, de forma clara, as funções das FS no seu nº 1, que é “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”; o nº 2 refere que “as medidas de polícia são só as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”; e, por último, o nº 3 sobre “a prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só se pode fazer com observância das regras previstas na lei e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”.

É função da polícia traduzir-se na garantia dos direitos dos cidadãos, tratando-se de um ato de obrigatoriedade pública que consiste na proteção dos direitos dos cidadãos. Esta função deve ser articulada com o direito à segurança. É obrigação do Estado garantir a proteção dos cidadãos contra a agressão de terceiros aos seus direitos. Deste modo, “os direitos dos cidadãos não são apenas um limite da atividade de polícia; constituem também um dos próprios fins dessa função” (Canotilho & Moreira, p. 956).

3.3 - Enquadramento orgânico e funcional da POP

A Polícia de Ordem Pública da Guiné-Bissau é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de um serviço público, dotada de autonomia administrativa, que tem por missão assegurar a legalidade democrática e a garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos¹², nos termos da Constituição e da lei.

A sua organização, atribuição e funcionamento estão previstos na Lei Orgânica (LO) nº 09/2010, de 22 de Junho, tendo como competências de ação nas seguintes áreas de segurança interna: prevenção, ordem pública, investigação criminal e informações. Conforme a sua natureza, exerce funções de polícia administrativa e de polícia de investigação criminal, sem prejuízo das atribuições da Polícia Judiciária.

As ações da POP são exercidas em todo o território nacional da GB, porém, no caso de atribuições simultaneamente cometidas à GN, as suas áreas de responsabilidade são definidas pelo Ministro do Interior¹³.

¹² Cfr. O artigo 21º da CRGB

¹³ Cfr. O artigo 5º da LO

Assim, é concebida uma estrutura de comando que compreende um Comissário Nacional (CN)¹⁴ com os respectivos órgãos de conselho, de apoio e de consultoria, um gabinete secretariado direto, três Comissários Nacionais Adjuntos (CNA)¹⁵ que asseguram a direção e coordenação das unidades orgânicas de Operações, Recursos Humanos e Logística e Finanças.

Nos serviços diretamente dependentes do Comissário Nacional, há que assinalar o Gabinete de apoio ao CN¹⁶ cujas competências passam por coadjuvar, assessorar o CN no exercício das suas funções.

Nos órgãos de conselho, o Conselho Superior de Polícia (CSP)¹⁷ funciona em composição restrita ou alargada, conforme a natureza e importância das matérias em causa, sendo criado, por outro lado, o Conselho de Deontologia e Disciplina (CDD)¹⁸, órgão de consulta em matéria de justiça e disciplina e a Junta Superior de Saúde (JSS)¹⁹, atenta a natureza das matérias ligadas a saúde e matérias que lhe compete apreciar.

As Unidades Orgânicas, a Unidade de Operações e Segurança²⁰ compreende as áreas de operações, informações policiais e investigação criminal, armas e explosivos, segurança privada e informação e comunicações.

A Unidade Orgânica de Recursos Humanos²¹ compreende as áreas de recursos humanos, formação e saúde e assistência na doença.

A Unidade Orgânica de Logística e Finanças²² compreende as áreas de logística e gestão financeira.

Os Comandos Regionais (CR)²³ constituem as Unidades Regionais de Polícia, ajustando-se ao seu âmbito territorial ao das zonas Norte, Leste, Sul e Centro. Os Comandos

¹⁴ Cfr. O artigo 19º, nº 1, al. a) da LO

¹⁵ Cfr. O artigo 19º, nº 1, al. b) da LO

¹⁶ Cfr. O artigo 23º da LO

¹⁷ Cfr. O artigo 25º da LO

¹⁸ Cfr. O artigo 26º da LO

¹⁹ Cfr. O artigo 27º da LO

²⁰ Cfr. O artigo 28º da LO

²¹ Cfr. O artigo 29º da LO

²² Cfr. O artigo 30º da LO

²³ Cfr. O artigo 33º da LO

Regionais articulam-se em comando, serviço e subunidades. As subunidades em Divisões e Esquadras.

Nas unidades especiais, o Grupo de Intervenção Rápida (GIR)²⁴, como força de reserva do CN.

Finalmente, o Grupo de Trânsito (GT)²⁵, uma unidade especializada no âmbito da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito.

3.4 – Estrutura hierárquica, órgãos, serviços e competências

A POP tem na sua composição uma estrutura de Comando, de Administração e de Operações. Dentro da estrutura de comando surge estruturado o Comissariado Nacional, juntamente com os respetivos órgãos de conselho, de apoio e consultoria, um gabinete de secretariado direto, três Comissários Nacionais Adjuntos (CNA) que asseguram a direção e coordenação das unidades orgânicas de operações, Recursos Humanos e Logística e Finanças.

Dentro da estrutura de órgãos de conselho, encontra-se o Conselho Superior de Polícia, o Conselho de Deontologia e Disciplina e a Junta Superior de Saúde. Na área administrativa incluem-se as Unidades Orgânicas, as quais são divididas em Unidade de Operações e Segurança, a Unidade Orgânica dos Recursos Humanos e a Unidade Orgânica de Logística e Finanças.

No campo operacional a POP está estruturada em Comandos regionais, designadamente as Unidades regionais de Polícia, ajustando-se ao seu âmbito territorial às quatro grandes zonas que subdividem o território da GB, a saber: Norte, Leste, Sul e Centro. Por sua vez, os Comandos Regionais articulam-se em comandos, serviços e subunidades, consistindo estas últimas em Divisões e Esquadras.

A estrutura da POP comporta ainda as Unidades Especiais, designadamente, o Grupo de Intervenção Rápida (GIR). O GIR é uma força de reserva à ordem do Comissário Nacional

²⁴ Cfr. O artigo 40º da LO

²⁵ Cfr. O artigo 41º da LO

(CN) e articula-se em campanhas e pelotões, cabendo-lhe as atribuições de manter e repor a ordem pública, combater a violência concertada e prestar segurança a altas entidades. O GT é a unidade especializada, no âmbito da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, responsável pela uniformização de procedimentos e pela formação contínua dos agentes, articulando em destacamentos de trânsito.

3.5 - Comando

a) Comissariado Nacional (CN)

A estrutura do CN é organizada da seguinte forma nos termos da Lei Orgânica da POP:

- i) Comissário Nacional**
- ii) Gabinete do Comissário Nacional (GCN)**
- iii) Conselho Superior de Polícia (CSP)**
- iv) Conselho de Deontologia e Disciplina (CDD)**
- v) Junta Superior de saúde (JSS)**
- vi) Serviço de Consultoria Jurídica (SCJ)**
- vii) Departamento de Apoio Geral (DAG)**
- viii) Serviço de Relações Públicas (SRP)**

i) Comissário Nacional²⁶ – compete-lhe a administração, o comando e o emprego da POP, cabendo-lhe, além das atribuições previstas na lei orgânica:

- Organizar, dirigir, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades da POP, visando ao fiel cumprimento das suas missões e encargos, respetivo a legislação pertinente;
- Assessorar o Ministro do Interior em assuntos que digam respeito às ações e operações policiais e de ordem pública;
- Nomear comissões e grupos de trabalhos, estabelecendo suas incumbências;

²⁶ Cfr. O artigo 21º da LO

- Dirigir originariamente ou em grau de recurso, todos os assuntos pertinente ao pessoal da POP, nos limites da sua competência;
- Movimentar os polícias e afasta-los de suas funções no respeitando das disposições legais;
- Representar a POP junto dos órgãos e poderes constituídos
- (...)

ii) Gabinete do Comissário Nacional²⁷ – compete-lhe coadjuvar, assessorar e secretariar o CN no exercício da s suas funções. O GCN é constituído por um chefe de gabinete, três assessores e um secretário pessoal o qual desempenha as funções de ajudante de ordens do CN.

Ao **chefe de gabinete** do CN caberá o assessoramento ao CN nos assuntos inerente a POP, por intermédio da elaboração de documentos e de acompanhamento de expedientes endereçados àquela autoridade, alem de:

- Dirigir os trabalhos do Gabinete, estabelecendo normas e prioridades para os diversos encargos e trabalhos específicos;
- Assegurar as ligações indispensáveis com os órgãos da Administração Pública (AP) da GB e com outros necessários ao desempenho de suas atribuições;
- (...).

Aos **assessores** caberá o assessoramento do CN e do seu chefe de gabinete, além de:

- Acompanhar o CN em todos os atos oficiais e serviços, quando determinado para tal;
- Executar fielmente todas as ordens recebidas do CN, mantendo descrição sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento e sigilo acerca das questões de carater reservado;
- (...).

Ao **secretário pessoal** do CN caberá a função de ajudante de ordens, além de:

²⁷ Cfr. O artigo 22º da LO

- Secundar o Chefe de Gabinete na elaboração dos documentos a serem assinados pelo CN, providenciando a sua ulterior remessa às pessoas e aos locais de destino;
- Acompanhar o CN em todos os atos oficiais e serviços, quando determinado para tal;
- (...).

iii) Conselho Superior de Polícia²⁸

É um órgão composto pelo Comissário Nacional, que o preside, pelos Comissários Nacionais Adjuntos e Diretores das áreas de serviços do Comissariado Nacional.

Funciona com um regulamento próprio aprovado pelo Ministro do interior, sendo um órgão consultivo do CN, com competências de se pronunciar sobre os assuntos relativos à atividade da POP e sua relação com as populações, bem como apoiar as decisões do CN em assuntos de grande relevância, assim como emitir pareceres sobre os objetivos, necessidades e planos estratégicos da POP. É também responsável pela pronúncia de quaisquer assuntos que digam respeito à POP, quando solicitadas pelo Ministro do Interior.

iv) Conselho de Deontologia e Disciplina²⁹

O Conselho de Deontologia e Disciplina é um órgão composto pelo CN, que o preside, pelos CNA, Diretor dos serviços de deontologia e disciplina e Comandantes Regionais a serem designados pelo CN. O CDD funciona com um regulamento próprio aprovado pelo Ministro do Interior, sendo um órgão de caráter consultivo do CN, e tem competências para apreciar e emitir pareceres sobre os assuntos que lhe sejam submetidos em matéria de deontologia e disciplina e exercer as competências conferidas pela lei e pelo regulamento disciplinar vigente.

²⁸ Cfr. O artigo 25º da LO

²⁹ Cfr. O artigo 26º da LO

v) Junta Superior de Saúde³⁰

A Junta Superior de Saúde é constituída pelo CNA da unidade orgânica de recursos humanos, que a preside, e por dois médicos nomeados pelo CN, sendo um que não tenha intervindo anteriormente no processo e outro escolhido pelo requerente. A JSS é competente para julgar o grau de incapacidade para o serviço do pessoal da POP que, por ordem do CN, lhe for presente, bem como emitir parecer sobre os recursos relativos a decisões baseadas em pareceres formuladas pelas juntas médicas da POP.

vi) Serviço de Consultoria Jurídica³¹

O Serviço de Consultoria Jurídica é o órgão de assessoramento direto do CN nos assuntos técnicos-jurídicos relacionados com as atividades da POP, referentes à política de administração geral e aos aspetos de legalidade dos atos e normas que lhe forem submetidos à apreciação.

Dentro das competências do SCJ, destacam-se:

- Pronunciar-se acerca de questões de direito compreendidas na política de administração geral da POP, em expedientes que lhe forem submetidos para análise;
- Examinar os aspetos de legalidade dos atos e normas que lhe forem submetidos à apreciação;
- Prestar informações em expedientes que lhe forem encaminhados pelo CN; em resoluções, portarias, termos de convénios e outros documentos, quando determinado pelo CN; em documentos judiciais em que a autoridade apontada como coatora seja o CN;
- (...).

³⁰ Cfr. O artigo 27º da LO

³¹ Cfr. O artigo 19º, n.º 2 da LO

vii) Serviço de Apoio Geral³²

O Serviço de Apoio Geral é responsável pelo controlo administrativo e operacional a todos os assuntos que afetam o pessoal e material da POP. Compete a SAG auxiliar as demais secções na receção, expedição e arquivo de todos os documentos do Comissariado Nacional. O SAG tem na sua estrutura o Departamento de Apoio geral (DAG), o qual executa as mesmas atividades descritas, porém, no âmbito nacional auxiliando a todas as Unidades da POP.

viii) Serviço de Relações Públicas³³

O Serviço de Relações Públicas é responsável pelo contato e manutenção permanente da ligação entre a POP com os órgãos de comunicação social, assegurando o fluxo de informação entre o CN e as instituições de comunicação públicas ou privadas, além de ter a competência de:

- Assessorar o CN no que se refere à comunicação social e ao cerimonial das solenidades;
- Acompanhar as notícias da imprensa relativas à POP;
- Desenvolver as atividades relacionadas com todo o efetivo da POP nos eventos com repercussão na GB, e ainda naquelas de interesse do CN;
- Promover estudos e planeamentos voltados para a melhoria da comunicação interna, do relacionamento com a imprensa e com o público em geral (vide anexo 2);
- Orientar tecnicamente e dar apoio material ao efetivo da POP, quando necessário.

ix) Comissário Nacional Adjunto³⁴

Os Comissários Nacionais Adjuntos devem coadjuvar o CN no exercício das suas funções, bem como exercer a direção e coordenação da unidade orgânica que lhe for atribuída e também agir nas competências delegadas ou subdelegadas pelo CN. Na estrutura da POP, os CNADJ são os seguintes:

³² Cfr. O artigo 19º, n.º 2 da LO

³³ Cfr. O artigo 19º, n.º 2 da LO

³⁴ Cfr. O artigo 23º da LO

- **Comissário Nacional Adjunto para Operações e Segurança;**
- **Comissário Nacional Adjunto para Recursos Humanos e Formação;**
- **Comissário Nacional Adjunto para Logística e Finanças.**

As atribuições específicas de cada CNADJ será explicadas mais à frente, aquando da abordagem à área administrativa.

3.6 – Área Operacional

a) Comandos Regionais de Polícia (CRPOP)³⁵

Os Comandos da POP são unidades territoriais na dependência direta do CN que prosseguem as atribuições da POP na respetiva área de responsabilidade (vide anexo 3). O dispositivo territorial da POP compreende os seguintes Comandos regionais:

- i) Comando regional Centro;
- ii) Comando regional do Norte;
- iii) Comando regional do Leste;
- iv) Comando regional do Sul.

O Comando do CRPOP está a cargo de um Comandante Regional que é nomeado pelo CN, tendo como atribuições:

- Representar a POP;
- Exercer o comando da respetivo comando territorial, através da gestão e emprego dos meios humanos, materiais e financeiros que lhe estão atribuídos,
- Propor a nomeação dos comandantes das subunidades;
- (...).

Cada comandante de CRPOP é coadjuvado por um Comandante Regional Adjunto, que substitui o Comandante CRPOP nas suas faltas ou impedimentos.

O CRPOP é constituído por subunidades, divisões e esquadras, sendo estas as subunidades operacionais. As subunidades são responsáveis pela execução dos diversos

³⁵ Cfr. O artigo 33º da LO

tipos de policiamento que a POP realiza. O comando das subunidades é exercido pelo elemento mais graduado da respetiva unidade.

Veja-se, em seguida, como está estruturado o dispositivo territorial dos diferentes Comandos regionais da Polícia de Ordem Pública da Guiné-Bissau:

i) Comando regional do Centro³⁶

O CRPOP do Centro tem a sua sede em Bissau e a sua área de responsabilidade compreende o Setor Autónomo de Bissau e a região de Biombo.

É constituído por uma (1) Divisão e oito (8) Esquadras de Polícia, sendo que estas têm uma estrutura e funções descritas no Manual de Polícia – Volume III, razão pela qual não vamos abordar essa matéria.

A estrutura da CRPOP é a seguinte:

- **Comandante Regional**
 - ✓ Comandante Regional Adjunto do Centro
 - ✓ Comando e serviços
- **Divisão de Bissau**
 - ✓ **1ª Esquadra**
 - **Comandante da Esquadra**
 - **Comandante Adjunto da Esquadra**
 - **Operações**
 - Planificação
 - Informação
 - Comunicações
 - **Secção de Investigação**
 - Equipas de Investigação
 - 1ª Equipa
 - 2ª Equipa
 - 3ª Equipa

³⁶ Cfr. O artigo 33º, n.º 2, al. a) da LO

- Posto sanitário
- Pelotões operacionais
 - 1º Pelotão
 - 2º Pelotão
 - 3º Pelotão
- Secção Administrativa
 - Secretaria-geral
 - Secção de Logística
 - Armamento e equipamento
 - Secção de Alimentação
- ✓ 2ª Esquadra
- ✓ 3ª Esquadra
- ✓ 4ª Esquadra
- ✓ 5ª Esquadra
- ✓ 6ª Esquadra
- ✓ 7ª Esquadra
- ✓ Esquadra de Quinhamel

ii) Comando Regional do Norte³⁷

O CRPOP do Norte tem a sua sede em Bissorã e a sua área de responsabilidade compreende as regiões de Cacheu e Oio. É constituído por duas (2) Divisões e seis (6) Esquadras.

A sua estrutura é a seguinte:

- **Comandante Regional do Norte**
 - ✓ Comandante Regional Adjunto do Norte
 - ✓ Comando e Serviços
- **Divisão de Cacheu**
 - ✓ Esquadra de Cacheu
 - ✓ Esquadra de Canchungo

³⁷ Cfr. O artigo 33º, n.º 2, al. b) da LO

- ✓ Esquadra de Bula

- **Divisão de Bissorã**

- ✓ Esquadra de Bissorã
- ✓ Esquadra de Mansoa
- ✓ Esquadra de Farim

iii) Comando Regional do Leste³⁸

O comando regional do Leste tem a sua sede em Bafatá e a sua área de responsabilidade compreende as regiões de Bafatá e Gabu. É constituído por duas (2) Divisões e quatro (4) Esquadras.

A sua estrutura é a seguinte:

- Comandante Regional Zona Leste
 - ✓ Comandante regional adjunto Zona Leste
 - ✓ Comando e Serviços
- Divisão de Bafatá
 - ✓ Esquadra de Bafatá
 - ✓ Esquadra de Bambadinca
- Divisão de Gabu
 - ✓ 1ª Esquadra
 - ✓ 2ª Esquadra

iv) Comando Regional do Sul³⁹

O Comando Regional do Sul tem a sua sede em Buba e a sua área de responsabilidade compreende as Regiões de Quinara, Tombalí e Bolama. É constituído por três (3) divisões e quatro (4) Esquadras.

A sua estrutura é a seguinte:

³⁸ Cfr. O artigo 33º, n.º 2, al. c) da LO

³⁹ Cfr. O artigo 33º, n.º 2, al. d) da LO

- **Comandante Regional do Sul**
 - ✓ Comandante regional adjunto do Sul
 - ✓ Comando e serviços
- **Divisão de Buba**
 - ✓ Esquadra de Tite
 - ✓ Esquadra de Buba
- **Divisão de Catió**
 - ✓ Esquadra de Quebo
 - ✓ Esquadra de Catió
- **Divisão de Bolama**
 - ✓ Esquadra de Bolama

b) Grupo de Intervenção Rápida (GIR)⁴⁰

O GIR é uma força de reserva vinculada à ordem de atuação do CN, especialmente preparada e destinada a ser utilizada em:

- Ações de manutenção e reposição da ordem pública;
- Combate de situações de violência concertada;
- Gestão de incidentes táticos
- Segurança pessoal de altas entidades, membros e órgãos de soberania, proteção policial de testemunhas ou outros cidadãos sujeitos a ameaça.

O seu campo de atuação, ou seja, e sua área de abrangência territorial é nacional, sendo que colabora com os CRPOP no patrulhamento conforme condições pré-definidas pelo CN. A sua articulação é estruturada em subunidades de ordem pública, de operações espaciais, segurança pessoal e de inativação de engenhos explosivos.

A sua estrutura é a seguinte:

- ✓ Comandante do GIR
- ✓ Comandante Adjunto
- ✓ Serviços

⁴⁰ Cfr. O artigo 40º da LO

- **1ª Companhia**
 - 1º Pelotão
 - 2º Pelotão
 - 3º Pelotão
- **2ª Companhia**
 - 1º Pelotão
 - 2º Pelotão
 - 3º Pelotão
- **3ª Companhia**
 - 1º Pelotão
 - 2º Pelotão
 - 3º Pelotão

c) Grupo de Trânsito (GT)⁴¹

O GT é a unidade especializada no âmbito da fiscalização, ordenamento e disciplina de trânsito, sendo responsável pela uniformização de procedimentos e pela formação contínua dos elementos na matéria de trânsito.

Seu campo de atuação, ou seja, a sua área de abrangência territorial é nacional, sendo que colabora com os CRPOP no patrulhamento, conforme condições pré-definidas pelo CN. A sua articulação é estruturada em subunidades que integram os CRPOP.

A sua estrutura é a seguinte:

- ✓ Comandante do GT
- ✓ Comandante Adjunto
- ✓ Serviços
 - Destacamento de Trânsito – CRPOP Centro
 - BT Bissau
 - BT Região Biombo
 - Destacamento de Trânsito – CRPOP Norte

⁴¹ Cfr. O artigo 41º da LO

- BT Região de Cacheu
- BT Região de Oio
- Destacamento de Trânsito – CRPOP Leste
 - BT Região de Bafatá
 - BT Região de Gabu
- Destacamento de Trânsito – CRPOP Sul
 - BT Região de Tombali
 - BT Região de Quinará

3.7 – Área Administrativa

a) Operações e Segurança⁴²

A unidade orgânica de Operações e Segurança é chefiada por um CN Adjunto, sendo que esta unidade compreende as áreas de operações, informações e investigação criminal, armas e explosivos, segurança privada e sistema de informações e comunicações.

A sua área de atuação é todo o território nacional, tendo, entre outras atribuições as seguintes:

- Assessorar o CN em todos os assuntos referentes a operações, informações policiais e investigação criminal, armas e explosivos, segurança privada e sistemas de informação e comunicação;
- Realizar estudos estratégicos e elaborar diretrizes e planos específicos relativos as operações, informações policiais e investigação criminal, armas e explosivos, segurança privada e sistemas de informação e comunicação;
- Supervisionar atividades de operações, informações policiais e investigação criminal, armas e explosivos, segurança privada e sistemas de informação e comunicação, no âmbito da POP;
- (...).

Esta unidade orgânica a sua área de atuação abrange todo o país e esta estruturada da seguinte forma:

⁴² Cfr. O artigo 28º da LO

- Comissário Nacional Adjunto para Operações e Segurança
 - ✓ Departamento de Sistema de Operações e Segurança
 - Adjunto Chefe de Dep. de Sist. De Oper. E segurança
 - Departamento de Informações Policiais e Investigação Criminal
 - Adjunto Chefe de Dep. Inf. Policiais e Investigação Criminal
 - Departamento de Armas e Explosivos
 - Chefe de Departamento de Armas e Explosivos
 - Divisão Técnica de Explosivos
 - Secretaria
 - Divisão de Administração e Licenciamento
 - CRPOP Norte
 - CRPOP Leste
 - CRPOP Sul
 - Departamento de Operações e Segurança
 - Adjunto Chefe de Operações e Segurança
 - CRPOP Norte
 - CRPOP Leste
 - CRPOP Sul
 - Departamento de Segurança privada
 - Adjunto chefe de Segurança privada

b) Recursos Humanos⁴³

A Unidade orgânica de RH é chefiada por um CN Adjunto, sendo que esta unidade compreende as áreas de recursos humanos, formação e saúde e assistência na doença.

A sua área de atuação é todo o território nacional, tendo, entre outras atribuições as seguintes:

- Elaborar planos e ordens decorrentes das normas do CN sobre a política de pessoal da POP, visando a aplicação dos princípios da AP;
- Orientar, coordenar, fiscalizar, controlar, e executar as atividades relacionadas com a vida funcional do pessoal, mantendo os registos individuais;

⁴³ Cfr. O artigo 29º da LO

- Controlar todo o efetivo da POP, mantendo atualizado os respetivos registos;
- Realizar o controlo de todo o pessoal que frequenta cursos ou estágios fora da POP, bem como dos policiais que estejam à disposição de órgãos ou autoridades;
- Coordenar, controlar e fiscalizar as atividades de recrutamento e de seleção,
- (...).

Esta unidade orgânica a sua área de atuação abrange todo o país e esta estruturada da seguinte forma:

- Comissário Nacional Adjunto para Recursos Humanos e Formação
 - ✓ Departamento dos Recursos Humanos
 - Chefe de Departamento dos Recursos Humanos
 - Chefe de Divisão de Gestão dos recursos Humanos
 - Secção de Pessoal
 - Secção de Concursos e Acompanhamento de Careira
 - Chefe de Divisão do Pessoal
 - Secção Administrativa
 - Secção de Documentação e Arquivo
 - ✓ Departamento de Formação
 - ✓ Departamento de Saúde e Assistência na Doença

c) Logística e Finanças⁴⁴

A Unidade orgânica de Logística e Finanças é chefiada por um CN Adjunto, sendo que esta unidade compreende as áreas de logística e gestão financeira.

A sua área de atuação é todo o território nacional, tendo, entre outras atribuições as seguintes:

- Coordenar, fiscalizar e controlar as atividades de logística da POP, de acordo com as normas e orientações do CN;
- Assessorar o CN nos assuntos atinentes à logística e administração de materiais;

⁴⁴ Cfr. O artigo 30º da LO

- Levantar as necessidades da POP no que refere a transporte, armazenamento, comunicações, manutenção e serviços, planeando o seu atendimento;
- Elaborar normas gerais de levantamento estatístico de logística e administração de materiais;
- (...).

Esta unidade orgânica a sua área de atuação abrange todo o país e esta estruturada da seguinte forma:

- Comissário Nacional Adjunto para Logística e finanças
 - ✓ Departamento de Logística
 - ✓ Departamento de Gestão Financeira

d) Departamento de Apoio Geral⁴⁵

O Departamento de Apoio Geral é responsável pela execução de todas as normativas elaboradas pelas unidades orgânicas de RH, Logística e Finanças, operações e segurança, sendo competente pelo enquadramento administrativo, para efeitos operacionais e de disciplina do pessoal da administração, do controlo das instalações, dos equipamentos e demais material, bem como a receção, expedição e arquivo de toda a correspondência do CN e também pelo funcionamento do Arquivo Central da POP.

⁴⁵ Cfr. O artigo 32º da LO

CAPÍTULO 4: Trabalho de campo e análise dos resultados

4.1- Introdução

Esta Dissertação foi feita de acordo com a norma APA (*American Psychological Association*). Tendo em conta a temática em estudo optamos, numa primeira fase, por apresentar os principais conceitos relacionados com a matéria, ou seja, Estado e os princípios pelos quais deve pautar a polícia na sua atuação, tendo sempre em referência a realidade portuguesa. De seguida fizemos uma abordagem sobre a POP da Guiné-Bissau, o seu enquadramento orgânico e funcional.

Neste estudo servimo-nos de fontes bibliográficas, de documentos de vários origens que abordam o assunto em estudo, atuação policial no estado de direito democrático, em geral e, na Guiné-Bissau, em particular.

No entanto, neste capítulo, como forma de aprofundar o nosso estudo utilizamos o método qualitativo.

4.2 – Metodologia

Optámos por utilizar o método qualitativo porque, tendo em conta os objetivos do estudo nos parece o mais adequado, já que o estudo qualitativo tem como objetivo permitir que o investigador possa “recolher e refletir” sobre os dados e acontecimentos, para poder interpretar e sustentar a inferência dos acontecimentos (Santo,2010). Utilizamos como instrumento de recolha de informação a entrevista. Como defende Costa (2009) “a entrevista é eficiente na obtenção de normas e *status* institucionalizados, de conhecimento geral e facilmente verbalizáveis”. Já Manuela Sarmiento (2013) defende que a entrevista “permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo”. Por meio das entrevistas recolhemos informações pertinentes para o estudo em questão.

Na ótica de Bell (1993, p.137) “a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos”.

As entrevistas foram objetos de uma análise de conteúdo, fornecendo assim dados mais fiáveis para a elaboração do trabalho.

4.3 – Corpus

O *corpus* é constituído pela totalidade das entrevistas, realizados as pessoas conhecedoras ou ligadas a matéria. Pois, como defende Vala (2009 p.109) “ se o material a analisar foi produzido com vista à pesquisa que o analista se propõe realizar, então, geralmente, o *corpus* da análise é constituído por esse material”.

Foram utilizados dois guiões para os entrevistados, sendo que, as duas primeiras questões são idênticas para ambos os guiões e diferentes nas duas últimas (vide anexo 2 e 3). Isto porque essas questões, umas têm a ver com o tema em questão de um modo geral, com base na realidade portuguesa (como referência) e, as outras incidem mais sobre a realidade guineense.

Quanto a estrutura da entrevista, foi aplicado uma entrevista semiestruturada, pois permite o entrevistado responder as perguntas do guião pela ordem que entender, e pode abordar outros assuntos relacionados com as questões (Sarmiento, 2013).

4.4 – Análise de Conteúdo

Depois de ter utilizado a entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de informações, o investigador teve disponível um conjunto de informações que precisavam ser tratadas e analisadas por forma a apetrecha-lo com dados fiáveis para poder chegar às conclusões.

Para isso foi utilizado a “ técnica de tratamento da informação a análise de conteúdo” (Vala, 2009, p.104) com o objetivo de apurar os dados e analisar o conteúdo das informações prestadas pelos entrevistados. A análise de conteúdo significa (Bardin, 2011) “um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que

permitam a inferência de conhecimentos”, com o objetivo de apurar os dados e analisar o conteúdo das informações prestadas pelos entrevistados.

Porque “ melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo permite quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 227).

Ainda para Vala (2009) “a finalidade da análise de conteúdo será pois de efetuar inferências, com base numa lógica explícita, sobre mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”. Tratando-se de um estudo qualitativo, esta técnica seria imprescindível, pois, segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo permite que o analista consiga identificar e categorizar características e conteúdos da informação, tendo por base indicadores que permitem a inferência de conhecimentos.

Para fazer a análise de conteúdo foi preciso respeitar alguns requisitos essenciais: a definição das categorias, subcategorias, unidades de contexto e unidades de registo. O estabelecimento destas etapas teve por base sempre o critério de fidelidade e validade.

A categoria, segundo (Hogenraad, *cit. In* Vala, 2009, p.110) é “um número certo de sinais de linguagem que representam uma variável na teoria do analista”. Enquanto uma subcategoria é um conjunto de unidades de registo, que estão agregados, tendo em conta os detalhes semelhantes que concorrem para caracterizar as categorias (Sarmiento, 2013).

Para Sarmiento (2013) e Vala (2009), uma unidade de registo é uma fração determinada de conteúdo que determina uma característica por forma a pertencer a uma subcategoria. Já uma unidade de contexto é o segmento alargado de conteúdo ou mensagem que o analista examina quando caracteriza uma unidade de registo.

Fidelidade e Validade: todas as etapas desde a constituição do corpus até a escolha das unidades de contexto tiveram que respeitar as condições de fidelidade e validade.

4.5 – Procedimentos

Para o nosso trabalho começamos com um estudo do estado da arte sobre a temática, o Estado e os princípios pelos quais deve pautar a polícia na sua atuação, que nos permitiu fazer o enquadramento teórico, para perceber como é que doutrina aclara essas temáticas e também como são entendidas pelos atores ligados à matéria.

Optamos por seguir maioritariamente a fontes bibliográficas portuguesas e tendo sempre Portugal como referência, porque há pouca bibliografia guineense, senão inexistente, sobre a matéria.

Para fundamentar o estudo foi necessário além das consultas bibliográficas evocar personalidades portuguesas e guineenses ligadas à matéria a dar o seu contributo nesta vertente através de entrevistas. As entrevistas foram feitas via internet tanto para os entrevistados da Guiné-Bissau, por impossibilidade de o investigador se deslocar a Guiné-Bissau, como para os entrevistados residentes em Portugal, porque assim lhes convém.

As entrevistas são compostas teoricamente por 4 questões de caráter semiestruturada. O guião foi construído de forma a responder os objetivos pretendidos e que permitiu pré-definir três categorias e as devidas subcategorias (Cf. Apêndice M), que abordam as referidas questões.

No referente a primeira categoria: percepção de um Estado de direito democrático, foi elencado algumas questões dirigidas aos entrevistados, questionando-os o que na sua ótica caracteriza um Estado de Direito Democrático, e que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito. Essas questões têm como finalidade perceber o que caracteriza um Estado de direito democrático e qual deve ser o comportamento/atitude da sua Polícia.

Na segunda categoria: percepção do que é uma Polícia militarizada, com base em questões como o que caracteriza uma Polícia militarizada e pode uma Polícia militarizada, na sua atuação, enquadrar-se numa Polícia de um Estado de Direito Democrático. Com essas questões pretendeu-se saber o que caracteriza um Polícia militarizada e se a sua atuação se a sua atuação pode-se enquadrar na de uma Polícia de um Estado de direito.

Já na terceira e última categoria: apreciação da atuação da polícia guineense, a partir das questões como qual é a sua apreciação relativamente a atuação da Polícia guineense, sendo uma Polícia militarizada e se essa atuação enquadra-se nos pressupostos da atuação de um Estado de direito democrático. Aqui pretendeu-se aferir se a atuação da Polícia guineense cumpre com os pressupostos e os princípios estruturantes de um estado de direito democrático.

4.6 – Apresentação e síntese dos resultados

Tendo em contas as caraterísticas de um Estado de direito democrático, todos os entrevistados foram unânimes em apontar o primado da lei e a vontade da maioria como sendo as principais caraterísticas e seguidamente a dignidade da pessoa humana, a separação dos poderes e a interdependência dos tribunais. Como defende o primeiro entrevistado “carateriza-se pelo império da lei. Ninguém está acima da lei, incluindo o próprio Estado. O Estado de direito pressupõe a separação e interdependência de poderes, independência dos tribunais, a vontade da maioria. A democracia exige pluralismo e exprime-se no plano representativo” (vide apêndice M1).

Referente à comportamentos/attitudes de uma Polícia num Estado de direito democrático, a subordinação à Constituição e à lei, foram os que mais se destacaram e de seguida a o respeito pela dignidade da pessoa humana e a manutenção da segurança pública.

Quanto à Identificação das caraterísticas de uma Polícia militarizada, ambos os entrevistados mencionaram a organização e a subordinação às normas/legislação militares, como defende o segundo entrevistado “aquilo que carateriza uma polícia militarizada é, essencialmente, a adoção de um modelo organizativo decalcado da organização militar e a integração por pessoal militar ou militarizado, ao qual se aplica, no todo ou em parte, a legislação própria dos militares das Forças Armadas” (vide apêndice M3).

Na abordagem quanto a saber se a atuação de uma polícia militarizada se se pode enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito Democrático, os entrevistados responderam afirmativamente.

Analisando a subcategoria que aborda a atuação da Polícia guineense enquanto uma Polícia militarizada, os entrevistados foram unânimes em apontar que a sua atuação se

carateriza pela insubordinação e contrária à constituição, como afirma o quarto entrevistado “ (...) é de admitir que a sua atuação não tem sido conforme a Constituição” (vide apêndice M5).

De igual modo, os entrevistados vão na mesma linha quando confrontados com a questão se essa atuação enquadra-se nos pressupostos da atuação de um Estado de Direito Democrático, afirmam categoricamente que não se enquadra.

Existe uma desconformidade entre a legislação infraconstitucional reguladora da polícia – polícia militarizada – face ao artigo 21º da CRGB que aponta para uma polícia de natureza mais preponderante civil como ocorre em Portugal.

Capítulo 5: Conclusão

Findo o estudo, suportado por pesquisa bibliográfica, e obtidos os resultados, conclui-se o seguinte.

O policiamento no Estado de Direito Democrático é um ato de vigilância exercido pela polícia, instituição incumbida de fazer observar a lei no respeitante à ordem e segurança públicas. Este encontra-se no sistema político fundamentado no princípio de que a autoridade emana do povo e é exercido por ele ao investir o poder soberano através de eleições periódicas livres e no princípio da distribuição equitativa do poder.

No exercício da sua atividade, o agente da polícia deverá servir de elo de ligação entre a lei, o Estado e a sociedade, privilegiando em todas as suas ações o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos. Deve, também, preservar a garantia afetiva dos direitos à vida e à integridade pessoal, da liberdade de consciência e da segurança. No Estado de Direito Democrático, a polícia deve criar laços de confiança e de conhecimento mútuo entre a polícia e o cidadão.

Em todos os Estados de Direito Democrático o cidadão exige a segurança e o bem-estar social. Para que isso aconteça, é necessário que o próprio cidadão venha a participar na concretização desta segurança, auxiliando deste modo as forças de segurança. Por outro lado, neste Estado, a polícia deverá ter um papel proativo, isto é, toda a atividade policial deverá estar orientada para a atividade de prevenção criminal, bem como para a resolução dos problemas da população.

O propósito deste trabalho é saber se a polícia guineense, em constante instabilidade política, atua com base nos princípios de um Estado de Direito Democrático.

Por se tratar de um estudo exploratório, não delineamos possíveis hipóteses, pelo que assentaremos a nossa análise na pergunta de partida e das perguntas derivadas, bem como nos objetivos pretendidos com o estudo. Estes serão agora analisados.

O primeiro objetivo do estudo proposto é identificar uma visão operativa de um Estado de direito democrático. Esse objetivo foi alcançado e foi possível dar respostas às perguntas derivadas. Perante as respostas ficou claro que um Estado de Direito democrático

se caracteriza pelo império da lei e que ninguém está acima da lei, incluindo o próprio Estado. O Estado de direito pressupõe a separação e interdependência de poderes, a independência dos tribunais, a vontade da maioria. A democracia exige pluralismo e exprime-se no plano representativo. A Polícia deve subordinar-se à Constituição e à lei e obedecer ao poder legitimamente estabelecido.

Tínhamos, como segundo objetivo, perceber o que é uma polícia militarizada e identificar as suas características. Com base nas respostas foi possível apurar que é uma polícia de natureza militar, enquadrada e comandada por militares, mas cujos efetivos podem não ser militares, à qual se aplica, no todo ou em parte, a legislação/normas e a disciplina militar ou própria dos militares das Forças Armadas. Quanto à pergunta derivada, saber se podem enquadrar-se num Estado de direito democrático, a resposta foi afirmativa, o que é necessário é distinguir segurança e defesa, apesar de haver complementaridade entre estas duas funções de soberania. Portugal é um exemplo disso.

Relativamente ao terceiro objetivo, aferir se a polícia guineense atua como uma polícia de um Estado de direito democrático, apurou-se que, até ao ano de 2010, a polícia guineense não tinha um instrumento normativo que pudesse espelhar o quadro jurídico-institucional e concetual dos seus atores, o que leva a admitir que a sua atuação não tem sido conforme à Constituição. Como consequência considerou-se que a atuação da Polícia guineense não se enquadra nos pressupostos de um Estado de direito democrático.

Durante a investigação deparámo-nos com algumas limitações, entre as quais o facto de o investigador se encontrar fora do país ao qual se refere o estudo. Não sendo possível deslocarmo-nos a Guiné-Bissau, ficámos privados de pesquisas empíricas mais aprofundadas. Este fator explica que as entrevistas tenham sido aplicadas via internet e não de forma presencial.

Outra limitação foi a falta de bibliografia sobre a temática na Guiné-Bissau, o que nos levou a ter Portugal como referência.

O limite de páginas imposto pelas regras de elaboração da dissertação também foi uma das limitações.

Em suma, em relação a esta matéria, apraz-nos referir que, dada a necessidade da globalização da sociedade contemporânea, e com a pretensão de solidificar o equilíbrio entre a segurança e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias do cidadão, a polícia deve

potenciar o seu cunho civilístico e democrático, assumindo claramente a nobre missão de defesa da causa pública.

Temos, ainda, a destacar que, num Estado de Direito Democrático, a polícia deve ser uma polícia que sabe utilizar os meios avançados ao seu dispor, em especial as modernas tecnologias de informação, as quais pode aproveitar para a sua ação de prevenção criminal, bem como para assumir a posição de órgão de consulta, apoio e aconselhamento do cidadão nos assuntos mais variados. Tudo isso exige uma boa formação profissional para a polícia.

Em síntese, face ao exposto, pensamos o seguinte:

- ✓ A polícia deverá acompanhar a evolução social da criminalidade, procurando fazer perspetivas antecipadas das possíveis dificuldades que poderá encontrar;

- ✓ Um Estado de Direito Democrático não pode possuir uma polícia só de cariz militar ou militarizada; a desmilitarização da Polícia é um passo que a Guiné-Bissau está a dar com o processo de reforma e modernização no setor a segurança;

- ✓ Dada a posição privilegiada em que se encontra, a polícia deve servir de elo de ligação entre a lei, o Estado e a sociedade;

- ✓ Atendendo a que a sensibilidade pública não é resultado da ação policial, mas da forma de agir da Polícia, deverá esta, nas suas atuações, procurar ter um bom relacionamento com os cidadãos;

- ✓ Os direitos fundamentais dos cidadãos devem merecer uma proteção especial do Estado, pelo que a Polícia, como força criada para a manutenção da ordem e tranquilidade pública, se deve abster da prática de atos contrários aos da legalidade;

Portanto, toda a atuação policial deverá basear-se na lei e é preciso que as polícias estejam “ao serviço das pessoas e dos seus direitos, pois, quanto maior a eficácia das polícias, melhor garantidos deverão estar os direitos dos cidadãos servidos por essas polícias” (MAI, 1999, p. 7)

Lisboa, 22 de abril de 2016

Mário Samanango

Aspirante a Oficial de Polícia

Bibliografia

- Moreira**, Adriano (2012), *Ciência Política*, 5ª Edição, Coimbra, Almedina.
- André**, Estevão (2000/2001), *A Polícia no Estado de Direito Democrático: Limites da Atuação Policial*, Tese, ISCPSI.
- Agesta**, Sánchez Luis, *Grande Dicionário Enciclopédico*, Madrid, Clube Internacional de Livro, , S.D.E.
- Amaral**, Diogo Freitas de (1995), *Ciência Política*, Vol. I, Coimbra, Almedina.
- Amaral**, Diogo Freitas de (1996), *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, Coimbra, Almedina.
- Bardin**, Laurence (2011), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, Judith (1993), *Como Realizar um Projeto de Investigação: Trajetos*, Lisboa: Grávida publicações.
- Bonavides**, Paulo (2004), *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 7ª Edição. São Paulo, Malheiros.
- Bobbio**, Norberto (2000), *Igualdade e liberdade*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Ediouro.
- Caetano**, Marcello (1990), *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I, 10ª Edição (4ª reimpressão), Coimbra, Almedina.
- Canotilho**, José Joaquim Gomes (1999), *Direito Constitucional e teoria da Constituição*, Almedina. 3ª Edição – Reimpressão.
- Canotilho**, José Joaquim Gomes (1999), *Estado de Direito*. Lisboa: Edição Gradiva.
- Canotilho**, José Joaquim Gomes e **Moreira**, Vital, *Cadernos Democráticos: O Estado de direito* <http://www.libertarianismo.org/livros/jjgcoedd.pdf>
- Canotilho**, José Joaquim Gomes e **Moreira**, Vital (2014), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª Edição, Coimbra.

- Costa**, António M. H. Firmino da (2009), *A Pesquisa de Terreno em Sociologia* in Metodologia das Ciências Sociais, Porto: Editora Afrontamento.
- Coutinho**, Clara Pereira (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Lisboa: Gradiva.
- Correia**, Ana. (2008) *Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné Bissau, Política Internacional e Segurança*, Universidade Lusíada, Lisboa.
- Enciclopédia Luso-brasileiro de Cultura, 7, Lisboa, Editorial Verbo.
- Fernandes**, António José (1991), *Ciência Política*, Lisboa, ESP.
- Fernandes**, António José (1990), *Apontamentos para o Estudo de Ciência Política*, Braga, Universidade do Minho.
- Ferreira**, Manuel Marques (1996), *Princípio fundamentais por que se deve pautar a ação da Polícia num Estado de Direito Democrático*, Revista polícia Portuguesa, nº 102, Nov./Dez.
- Fortin**, Marie-Fabienne (2009). *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*, Lisboa, lusodidacta.
- Handem**, Adelino (2008) Guinea-Bissau em: Alan Bryden, Boubacar N'Diaye and 'Funmi Olonisakin (Eds.) Challenges of Security Sector Governance in West Africa, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), Geneva.
- Júnior**, João Nunes Moraism (2007), *Revista de Direito Público*, LONDRINA, V. 2, nº. 3, SET./DEZ.
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/11546/10249>
- Martinez, Vinício Carrilho (2014), *Artigo sobre a Teorias de Estado e Modelos de Estado*, publicado em Julho <http://jus.com.br/artigos/5494/estado-de-direito-social/2>
- Moreira, Adriano, *Ciência Política*, Coimbra, Almedina, 2012-5ª Edição
- Pereira**, D. M. B. (2012), *Segurança Interna, Lei de Segurança Interna e ambiente*, In POLITEIA, Manuel Valente (coord.), ISCPSI.

- Quivy**, Raymond, & **Campenhoudt**, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.^a Ed). Lisboa: Gradiva.
- Rosa**, Maria Virgínia de F. P. do Couto e **Arnoldi**, Marlene Aparecida G. Colombo (2006). *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- Santos**, António ribeiro dos (2007), *A Origem do Estado*, Revista de Ciências Sociais e Políticas, ISCSP-UTL, nº 1 (Jan.-Fev.-Mar.-Abr.).
- Santos**, Aristófares Vila Cardoso dos (2002), *Uso da Força no Exercício da Função Policial*, Tese, ISCPSI.
- Silva**, Germano Marques da (2001), *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa, ISCPSI.
- Silva**, Germano Marques da (2000), *Atuação Policial e os Direitos Humanos*, Revista da Polícia Portuguesa, nº 125, Set./Out.
- Sarmento**, Manuela (2013), *Metodologia de Investigação Científica*. Lisboa. Universidade Lusíada Editora.
- Sarmento**, Manuela. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. (2.^a ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Santo**. Paula Espírito (2010), *Introdução à Metodologia das Ciências sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa. Edição Sílabo
- Valente**, Manuel Monteiro Guedes (2014), *Teoria Geral do Direito Policial*, 4^a edição, Coimbra, Almedina.
- Valente**, Manuel Monteiro Guedes (2013), *Do Ministério Público e da polícia: Prevenção Criminal e Ação Penal como Execução de uma Política Criminal do Ser humano*, Lisboa: Universidade Católica Editora

Vala. Jorge (2009) *A Análise de Conteúdo in Metodologia das Ciências Sociais*. 15ª. Edição. (orgs. Silva, A.S. & Pinto, J. M.). Porto: Edições Afrontamento.

Zeppelius, Reinhold (1997), *Teoria Geral do Estado*, 3ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DIPLOMAS LEGAIS

Constituição da República Portuguesa (CRP)

Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB)

Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto Publicado no DR 168, Série I: Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública

Lei nº 9/2010 de 22 de Junho: aprova a Orgânica da Polícia de Ordem Pública

Decreto-Lei nº.4/2015: aprova o Código do Procedimento Administrativo

OUTROS DOCUMENTOS

Documento Estratégico: *Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança*, Comité Técnico (2006a) *Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança*. República da Guiné-Bissau

Documento Estratégico: *Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança*, Comité Técnico (2006b) *Plano Trienal de Investimento 2007-2009*. República da Guiné-Bissau

Documento Estratégico: (Estudo) *Da teoria à prática: Desafios da Reforma do Sector da Segurança na Guiné-Bissau*, Outubro - Dezembro 2009, Pelo Tenente-coronel de Cav.^a GARRIDO GOMES

Manual Prático de Polícia, volume I, UNIOGBIS, Novembro de 2014

Manual Prático de Polícia, volume II, UNIOGBIS, Primeira Edição, Dezembro de 2012

Manual Prático de Polícia, volume X, UNIOGBIS, Setembro de 2010

M.A.I., *Policiamento de proximidade, Comunicação, Texto A*; Gráfica Peres, maio 1999

O poder Administrativo e os Direitos dos Particulares: *Conceitos Fundamentais: o Poder Administrativo*

http://octalberto.no.sapo.pt/o_poder_administrativo_e_os_direitos_dos_particulares.htm

Relatório de PNUD de ano 2015 <http://www.odemocratagb.com/relatorio-de-pnud-confirma-que-mais-de-metade-da-populacao-da-guine-bissau-vive-em-pobreza-extrema>

APÊNDICES

Apêndice M

Matriz das questões, categorizados por objetivos

Categoria	Propósito	Questões relacionadas
(CAP. X) Perceção de um Estado de direito democrático	(SUB. A) Identificar as características de um estado de direito democrático	<ul style="list-style-type: none"> Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?
	(SUB. B) Identificar comportamentos/attitudes de uma Polícia num Estado de direito democrático	<ul style="list-style-type: none"> Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?
(CAP. Y) Perceção do que é uma Polícia militarizada	(SUB. C) Identificar as características de uma Polícia militarizada	<ul style="list-style-type: none"> Na sua apreciação o que caracteriza uma Polícia militarizada?
	(SUB. D) Atuação de uma polícia militarizada	<ul style="list-style-type: none"> Pode uma Polícia militarizada, na sua atuação, enquadrar-se numa Polícia de um Estado de Direito Democrático?
(CAP. Z) Apreciação da atuação da polícia guineense	(SUB. E) Atuação da Polícia guineense	<ul style="list-style-type: none"> Qual é a sua apreciação relativamente a atuação da Polícia guineense, sendo uma Polícia militarizada?
	(SUB. F) Enquadramento da atuação da polícia guineense	<ul style="list-style-type: none"> Essa atuação enquadra-se nos pressupostos da atuação de um Estado de Direito Democrático?

Apêndice M1**Objetivo:** Perceber o que é um Estado de direito democrático

Entrevistado	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
#1	Perceção de um Estado de direito democrático	Caraterística de um Estado de direito democrático	<ul style="list-style-type: none"> - Império da lei - Separação de poderes - Independência dos tribunais - A vontade da maioria - O pluralismo e o representativismo 	Carateriza-se pelo império da lei. Ninguém está acima da lei, incluindo o próprio Estado. O Estado de direito pressupõe a separação e interdependência de poderes, independência dos tribunais, a vontade da maioria. A democracia exige pluralismo e exprime-se no plano representativo.
#2			<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação à lei - Dignidade humana 	O Estado de direito democrático é aquele em que o poder político, administrativo e judicial estão subordinados à Constituição e à Lei. O Estado de direito democrático é aquele que respeita a dignidade da pessoa humana e de mais direitos, liberdades e garantias.
#3			<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação à lei - Vontade da maioria 	O Estado de direito democrático é o estado em que todas as instituições desenvolvem as suas atividades em observância dos limites impostos pela lei. Dito de outro modo, é a vinculação das entidades a lei enquanto expressão da vontade geral.
#4			<ul style="list-style-type: none"> - Defesa da sociedade - Participação popular 	Estado de direito significa, hoje, em face das novas formas complexas de organização da sociedade, a ideia do exercício do poder público com vista a defesa da própria sociedade e sobreleva a ideia do exercício do poder através da participação popular.

Apêndice M2**Objetivo:** Perceber o que é um Estado de direito democrático

Entrevistado	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
#1	Perceção de um Estado de direito democrático	Comportamentos/attitudes de uma Polícia num Estado de direito democrático	<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação à Constituição e à lei - Obediência ao poder 	A Polícia deve subordinar-se à Constituição e à lei e obedecer ao poder legitimamente estabelecido
#2			<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir à lei - Manter a segurança pública - Nunca sacrificar a dignidade da pessoa humana 	Deve cumprir as suas funções de garante do cumprimento da lei e manutenção da segurança pública, nunca sacrificando os direitos, liberdade e garantias dos cidadãos, nem a dignidade da pessoa humana.
#3			<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir à lei - Respeito pelos princípios de estado de direito 	A Polícia enquanto guardiã da legalidade democrática deve orientar toda a sua atuação haja vista o cumprimento da lei e o respeito pelos princípios estruturantes do Estado de Direito democrático.
#4			<ul style="list-style-type: none"> - Respeito aos direitos individuais - Cumprir à lei 	Inculcando uma ideia de proteção e respeito aos direitos individuais, em que sobressai a necessidade de cumprimento da Constituição e das leis, a retidão na atuação.

Apêndice M3**Objetivo:** Perceber o que é uma Polícia militarizada

Entrevistado	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
#1	Perceção do que é uma Polícia militarizada	Identificar as características de uma Polícia militarizada	<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação às normas militares - Comandada por militares 	Uma polícia de natureza militar, está subordinada às normas militares e à disciplina militar, enquadrada e comandada por militares, mas os seus efetivos podem não ser militares
#2			<ul style="list-style-type: none"> - Organização militar - Integração por pessoal militar ou militarizado -Legislação militar 	Aquilo que caracteriza uma polícia militarizada é, essencialmente, a adoção de um modelo organizativo decalcado da organização militar e a integração por pessoal militar ou militarizado, ao qual se aplica, no todo ou em parte, a legislação própria dos militares das Forças Armadas

Apêndice M4**Objetivo:** Perceber o que é uma Polícia militarizada

Entrevistado	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
#1	Percepção do que é uma Polícia militarizada	Atuação de uma polícia militarizada	- Pode - Distinguir segurança e defesa	Uma polícia militar e uma polícia militarizada podem enquadrar-se num Estado de direito democrático. O que é necessário é distinguir segurança e defesa, apesar de haver complementaridade entre estas duas funções de soberania
#2			-Pode	Pode, perfeitamente. Conhecem-se vários casos que ilustram essa compatibilidade: para além de Portugal, também a Espanha e a França.

Apêndice M5

Objetivo: Aferir se a polícia guineense atua como uma polícia de um Estado de direito democrático

Entrevistado	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
#3	Apreciação da atuação da Polícia guineense	Atuação da Polícia guineense	- Insubordinação	A atuação da polícia guineense caracteriza-se pela insubordinação face à dependência funcional e excessiva obediência à dependência orgânica (“seguidismo” cego).
#4			- Contrária à Constituição	A POP não tinha um instrumento normativo que pudesse espelhar o quadro jurídico-institucional e conceptual dos seus atores, é de admitir que a sua atuação não tem sido conforme a Constituição.

Apêndice M6

Objetivo: Aferir se a polícia guineense atua como uma polícia de um Estado de direito democrático

Entrevistado	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
#3	Apreciação da atuação da polícia guineense	Enquadramento da atuação da polícia guineense	- Longe disso	Longe disso, pois a competência não se presume, por isso qualquer usurpação e exercício excessivo de função policial constitui uma afronta ao Estado de Direito Democrático.
#4			- Não se enquadra	Afigura-se-nos dizer que é necessário considerar que a atuação da Polícia guineense não se enquadra nos pressupostos de um Estado de direito democrático.

ANEXOS

Anexo 1 – Perguntas da entrevista aos entrevistados 1 e 2



Aspirante: Mário Samanango

Tema da Dissertação: “Atuação policial no Estado de Direito Democrático: No contexto guineense uma Polícia em afirmação”.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

GUIÃO

1. Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?
2. Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?
3. Na sua apreciação o que caracteriza uma Polícia militarizada? E uma Polícia como a PSP?
4. Pode uma Polícia militarizada, na sua atuação, enquadrar-se numa Polícia de um Estado de Direito Democrático?

Anexo 2 – Perguntas da entrevista aos entrevistados 3 e 4



Aspirante: Mário Samanango

Tema da Dissertação: “Atuação policial no Estado de Direito Democrático: No contexto guineense uma Polícia em afirmação”.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

GUIÃO

1. Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?
2. Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?
3. Qual é a sua apreciação relativamente a atuação da Polícia guineense, sendo uma Polícia militarizada?
4. Essa atuação enquadra-se nos pressupostos da atuação de um Estado de Direito Democrático?

Anexo 3 – Resposta à entrevista do entrevistado 1

Nome:

Função/ocupação: Professor de Direitos Fundamentais

1. Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?

Um Estado de direito caracteriza-se pelo império da lei – aquilo a que os anglo-saxões chamam “rule of law”. Ninguém está acima da lei, incluindo o próprio Estado, que se subordina ao Direito que cria segundo regras (constitucionais) pré-estabelecidas e não discricionária ou arbitrariamente impostas. O Estado de direito pressupõe a separação e interdependência de poderes (legislativo, executivo e judicial) e a independência dos tribunais (externa, ou seja, perante outros poderes, e interna, isto é, perante outros tribunais. O princípio democrático requer que se siga a vontade da maioria, livremente expressa, na formação da decisão da comunidade. A democracia exige pluralismo e exprime-se no plano representativo, mas também deve encorajar esquemas participativos, como os referendos.

2. Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?

A Polícia deve subordinar-se à Constituição e à lei e obedecer ao poder legitimamente estabelecido. No domínio da investigação criminal deve subordinar-se às instruções da autoridade judiciária competente em cada fase do processo (juiz ou magistrado do Ministério Público), sem prejuízo da sua autonomia técnica e tática.

3. Na sua apreciação o que caracteriza uma Polícia militarizada? E uma Polícia como a PSP?

Uma polícia de natureza militar, como a GNR, está subordinada às normas militares e à disciplina militar, ainda que, em tempos de paz, desenvolva apenas missões de polícia. Por exemplo, em Portugal, não pode haver sindicatos representativos dessa polícia. Uma polícia militarizada é enquadrada e comandada por militares, mas os seus efetivos podem não ser militares – é o que se passa, presentemente, na Polícia Marítima (cuja cúpula é o Estado Maior da Armada) e se passava, até há cerca de vinte anos, na PSP. Também não pode haver,

por exemplo, sindicatos na Polícia Marítima (apenas associações socioprofissionais, tal como na GNR).

4. Pode uma Polícia militarizada, na sua atuação, enquadrar-se numa Polícia de um Estado de Direito Democrático?

Uma polícia militar e uma polícia militarizada podem enquadrar-se num Estado de direito democrático. O que é necessário é distinguir segurança e defesa, apesar de haver complementaridade entre estas duas funções de soberania e ter de haver conjunção de esforços entre Forças de Segurança e Forças Armadas, perante ameaças que ponham em causa, em simultâneo, a segurança interna e a segurança externa do Estado.

Anexo 4 – Resposta à entrevista do entrevistado 2

Nome:

Função/ocupação: Professor de Direito Policial

1. Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?

Do ponto de vista *formal*, a resposta é simples: Estado de direito democrático é aquele em que o poder político, o poder administrativo e o poder judicial estão subordinados à Constituição e à Lei, e estas são elaboradas por órgãos representativos da população, escolhidos através de eleições livres.

Já do ponto de vista *material*, Estado de direito democrático é aquele que, no respeito pela dignidade da pessoa humana e demais direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, promove *efetivamente* as condições de bem-estar, segurança e cultura do povo, num contexto de democracia política, de combate às desigualdades sociais e de proteção dos mais fracos e desfavorecidos.

Como está bem de ver, este segundo conceito é muito mais exigente que o primeiro.

2. Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?

Deve cumprir as suas funções de garante do cumprimento da lei e manutenção da segurança pública de acordo com o Direito e com serenidade, firmeza, equilíbrio e eficácia, nunca sacrificando os direitos, liberdade e garantias dos cidadãos, nem a dignidade da pessoa humana.

3. Na sua apreciação o que caracteriza uma Polícia militarizada? E uma Polícia como a PSP?

Aquilo que caracteriza uma polícia militarizada é, essencialmente, a adoção de um modelo organizativo decalcado da organização militar e a integração por pessoal militar ou militarizado, ao qual se aplica, no todo ou em parte, a legislação própria dos militares das Forças Armadas.

No que se refere à PSP, esta tem natureza *híbrida*: do ponto de vista da sua missão e no que se refere ao seu pessoal, é uma polícia civil; no que se refere ao modelo organizativo – e como, aliás, é próprio das forças de segurança –, inspira-se, em muitos aspetos, no modelo militar. Como é óbvio, a primeira característica prevalece sobre a segunda, pelo que se trata claramente de uma polícia *não militarizada*.

4. Pode uma Polícia militarizada na sua atuação, enquadrar-se numa Polícia de um Estado de Direito Democrático?

Pode, perfeitamente. Conhecem-se vários casos que ilustram essa compatibilidade: para além de Portugal, também a Espanha, a França, a Holanda, a Itália, por exemplo, dispõem, a par de polícias estritamente civis, de corpos de polícia de natureza militarizada. E ninguém de boa-fé ousará pôr em causa que tais polícias se enquadram adequadamente no sistema democrático.

Anexo 5 – Resposta à entrevista do entrevistado 3

Nome:

Função/ocupação: Magistrado do Ministério Público

1. Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?

Resposta: O Estado de Direito Democrático é o Estado em que todas as instituições desenvolvem as suas atividades em observância dos limites impostos pela lei. Dito de outro modo, é a vinculação das entidades a lei enquanto expressão da vontade geral.

A vinculação a lei significa, por outro lado, para a concretização do contrato social, todos os membros de uma comunidade devem subordinar-se a lei e orientar a sua conduta para o seu cumprimento.

2. Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?

Resposta: A Polícia enquanto guardiã da legalidade democrática (art. 21/1 CRGB) deve orientar toda a sua atuação haja vista o cumprimento da lei. Num Estado de Direito Democrático a função policial deve limitar-se ao legalmente estatuído, isto é, o respeito pelos princípios estruturantes do Estado de Direito democrático, a saber, o princípio democrático (art. 21/3 CRGB), princípio de Lealdade ou “ falir trila” (art. 42/1 CRGB) e princípio da legalidade internacional (artigos 5 e 12 da DUDH e art. 7 PIDCP).

A concretização prática dos princípios anunciados poder resumido em dois princípios técnico-tático da atuação policial, neste particular, a proporcionalidade dos meios utilizados na atuação policial e a necessidade premente da sua utilização (art. 21 CRGB).

Na Guiné-Bissau o titular da acção penal é o Ministério Público (art. 125/1 CRGB e art. 47/1 CPP). No entanto, estas normas sofrem desvios quando, em certas circunstâncias os órgãos do Ministério Público estão na impossibilidade do seu exercício.

Assim, nos setores (enquanto um dos níveis da organização administrativa) onde não existir um agente do MP e da Polícia Judiciária, a acção penal pode ser exercido pela Polícia (artes. 43/2, 44/1 e 4, 45/2 do Decreto-Lei n. 6/93, de 13 de outubro (Lei orgânica do Tribunal de Sector).

O alargamento da competência policial nos termos deste Decreto-Lei é uma exceção, pelo que, a atuação policial deve desenvolver-se no estrito limite imposto pela Lei n. 9/2010 (Lei orgânica da polícia de Ordem Pública).

3. Qual é a sua apreciação relativamente a atuação da Polícia guineense, sendo uma Polícia militarizada?

Resposta: Em duas palavras, a atuação da polícia guineense caracteriza-se pela insubordinação face à dependência funcional e excessiva obediência à dependência orgânica (“seguidismo” cego).

Esclarecendo: a Polícia obedece à letra às ordens políticas do Ministro do Interior mesmo que essas ordens ponham em causa a sua autonomia técnica e tática. A docilidade no cumprimento das ordens políticas levou ao descrédito e a mediatização da função policial pelos piores motivos, basta citar, a repressão policial à algumas manifestações pacíficas e a proibição de realização de algumas reuniões políticas.

A Polícia foi transformada numa verdadeira arma de arremesso político e “cão de guarda” de quem circunstancialmente estiver no poder.

Este desvirtuamento do poder policial é cíclico e coloca esta instituição no desejo de gigantismo excessivo, desobedecendo e fazendo pouco as autoridades judiciárias.

Este comportamento policial e o medo generalizado que provoca na sociedade em geral tem uma explicação histórica: a atual polícia guineense foi criada de raiz através do desmantelamento da PSP e da polícia de localidades (cíprios) e, no lugar destes foi introduzido uma nova polícia composta essencialmente por guerrilheiros do PAIGC.

Esta transformação genética impingiu a polícia uma característica militar, patologia com que, ainda hoje, padece.

4. Essa atuação enquadra-se nos pressupostos da atuação de um Estado de Direito Democrático?

Resposta: Longe disso, pois a competência não se presume, por isso qualquer usurpação e exercício excessivo de função policial constitui uma afronta ao Estado de Direito Democrático.

Os desvios as funções naturais da polícia é um perigo para o Estado de Direito Democrático, por isso, e cientes deste risco, os parceiros bi e multilaterais tentam mudar este

o “status quo”, financiando e ministrando cursos de aperfeiçoamento nas mais diversas áreas policiais e com maior incidência no domínio da conformação da atuação policial a legalidade e ao respeito pelos direitos humanos.

Anexo 6 – Resposta à entrevista do entrevistado 4

Nome:

Função/ocupação: Magistrado do Ministério Público

1. Na sua ótica o que caracteriza um Estado de Direito Democrático?

Resposta: o exercício do poder público conforme as regras jurídicas torna-se decisivo para o sucesso da designação de um Estado como de Direito. À luz deste critério, Estado de direito significa, hoje, em face das novas formas complexas de organização da sociedade, a ideia do exercício do poder público com vista a defesa da própria sociedade, por forma a garantir a segurança jurídica e a sã convivência entre os seus membros.

Na afirmação da democraticidade do Estado, sobreleva a ideia do exercício do poder através da participação popular.

2. Que comportamento/atitude deve ter uma Polícia para se enquadrar numa Polícia de um Estado de Direito?

Resposta: A delimitação constitucional dos poderes funcionais das Polícias, previstas no n.º 1 do art. 21.º da CRG-B, é reconduzida a um **núcleo funcional**, que obrigatoriamente tem que ver com as questões ligadas a segurança, ordem pública e prevenção de crimes. O que por si só, constitui um indicador positivo.

Neste sentido, não deixa de ter acolhimento, presente em todos os Estados de direito democrático, que a Polícia tem que ter um quadro legal que deve balizar a realização das suas atribuições.

Inculcando uma ideia de proteção e respeito aos direitos individuais, em que sobressai a necessidade de cumprimento da Constituição e das leis, a retidão na atuação da Polícia é de maior importância na generalidade dos casos.

Destinando-se a sê-lo, terão que ser qualificados por forma a poderem compreender a defesa de bens que transcendem a esfera jurídica individual. O mesmo é dizer, tão rápido quanto possível, a defesa da democracia.

Neste sentido, a constitucionalização das funções Policiais apenas reforça, numa perspetiva de tutela dos direitos fundamentais, a cautela que as forças policiais devem ter no exercício das suas atividades. É o que resulta do n.º 2 do art. 21, CRG-B.

3. Qual é a sua apreciação relativamente a atuação da Polícia guineense, sendo uma Polícia militarizada?

Resposta: Para além de se ter presente que as reformas legislativas recentemente levadas a cabo pelos Órgãos da Soberania com competência legislativa permitiram a aprovação de um conjunto de pacotes legislativos, de que podemos destacar as Leis Orgânicas das duas forças policiais militarizadas, nomeadamente a Guarda Nacional (GN - Lei n.º 8|2010, de 22 de Junho de 2010) e a Polícia de Ordem Pública (POP - a Lei n.º 9|2010, de 22 de Junho de 2010), todas parcialmente inspiradas no modelo português, não devemos esquecer que a Polícia guineense tem sido marcada por uma profunda transformação organizacional, polarizada em várias Polícias, acrescido de uma constante oscilação de confiança dos cidadãos na Polícia.

Tanto quanto o contexto histórico nos permitiu perceber, isto porque desde a independência até ao ano de 2010, a POP não tinha um instrumento normativo que pudesse espelhar o quadro jurídico-institucional e conceptual dos seus atores, é de admitir que a sua atuação não tem sido conforme a Constituição.

Sobretudo porque, a POP, uma força de segurança, uniformizada e armada, com a natureza de serviço público e missão de assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e das leis, não tem sabido respeitar os direitos constitucionalmente protegidos. É o que sucede com os direitos da dignidade da pessoa humana, inviolabilidade da reserva da vida privada, etc.

4. Essa atuação enquadra-se nos pressupostos da atuação de um Estado de Direito Democrático?

Resposta: Tendo em linha de conta o conjunto das situações atrás referidas, acrescidas do fato de se poder considerar que existe uma constante oscilação de confiança dos cidadãos na Polícia, afigura-se-nos dizer que é necessário considerar que a atuação da Polícia guineense não se enquadra nos pressupostos de um Estado de direito democrático.

Para a atuação policial é conveniente, antes do mais, clarificar que existem limites expressos à própria atividade policial, desde logo, os previstos no n.º 2, art. 21.º da CRG-B.